

Gestão 2018-2020

Procurador-Geral de Justiça
Paulo Cezar dos Passos
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Hudson Shiguer Kinashi
Corregedor-Geral do Ministério Público
Marcos Antonio Martins Sottoriva
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Antonio Siufi Neto
Ouvidor do Ministério Público
Olavo Monteiro Mascarenhas

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrainer</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão
e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3318-2160 e-mail: caodh@mpms.mp.br

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**PORTARIA Nº 4379/2019-PGJ, DE 26.11.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Procurador de Justiça Rodrigo Jacobina Stephanini 5 (cinco) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos períodos de 27.8 a 3.9.2018, 17 a 24.6.2019 e 4 a 11.11.2019, a serem usufruídos nos dias 9, 10, 11, 12 e 13.12.2019, nos termos dos artigos 3º, 6º e 7º-A, inciso I, da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 4373/2019-PGJ, DE 25.11.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 8º Promotor de Justiça de Três Lagoas, Moisés Casarotto, para, sem prejuízo de suas funções, coadjuvar no Processo nº 0000388-84.2019.8.12.0014, em trâmite na comarca de Maracaju.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 4374/2019-PGJ, DE 25.11.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 42ª Promotora de Justiça de Campo Grande, Andréia Cristina Peres da Silva, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos do Inquérito Civil nº 06.2018.00002888-0, em trâmite perante a 34ª Promotoria de Justiça da referida Comarca.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 4388/2019-PGJ, DE 26.11.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 2ª Promotora de Justiça de Chapadão do Sul, Fernanda Proença de Azambuja, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da comarca de Iguatemi, no dia 2.12.2019.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**PORTARIA Nº 4380/2019-PGJ, DE 26.11.2019**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Andrea Rocha Benetti, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 4 (quatro) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 11 a 14.11.2019, em prorrogação, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c o inciso II do artigo 37 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 4381/2019-PGJ, DE 26.11.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Patricia Alves Coutinho Lacerda, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Campo Grande e designada para prestar serviços na 22ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 17ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 30.9 a 9.10.2019, em razão de férias do servidor Daniel Francisco Mercado Dantas.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 4382/2019-PGJ, DE 26.11.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Carla Maria Bagordakis, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Divisão de Apoio ao Gabinete do Procurador-Geral Adjunto de Justiça, no período de 25.11 a 4.12.2019, em razão de férias da titular, Ana Carolina Ramos Borges.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA N° 4383/2019-PGJ, DE 26.11.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Elisangela Cristina Nery, ocupante do cargo em comissão de Chefe do Departamento de Cadastro e Distribuição Processual, símbolo MPDS-104, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Secretaria de Distribuição e Acompanhamento Processual, no período de 25.11 a 4.12.2019, em razão de férias, no dia 5.12.2019, em razão de licença compensatória referente ao feriado forense, e no dia 6.12.2019, em razão de licença compensatória referente a banco de horas do titular, Wellington Gradella Marthos.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA N° 4384/2019-PGJ, DE 26.11.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar o servidor Gerson Estevam da Silva Junior, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Campo Grande e designado para prestar serviços na 9ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 7ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 2 a 19.12.2019, em razão de férias da servidora Janaina Bárbara dos Santos Oliveira.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA N° 4385/2019-PGJ, DE 26.11.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar o servidor Leonardo Rodrigues de Matos, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Caarapó, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 2ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 18 a 27.11.2019, em razão de férias do servidor Jonathan Bruno dos Santos Silva.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA N° 4386/2019-PGJ, DE 26.11.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar o servidor Epsom Xavier Pereira, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Corumbá e designado para prestar serviços na 2ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 6ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no dia 7.1.2020, em razão de ausência ao serviço, nos períodos de 8 a 17.1.2020 e 20.1 a 8.2.2020, em razão de férias da servidora Keila Fabrícia Gongora Rodrigues.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA N° 4387/2019-PGJ, DE 26.11.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Nádia de Moura Mattos, ocupante do cargo efetivo de Analista/Administração, símbolo MPAN-101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 15 (quinze) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 13 a 27.11.2019, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA N° 4389/2019-PGJ, DE 26.11.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor Pablo Ferelli de Souza, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 30 (trinta) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 21.11 a 20.12.2019, em prorrogação, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009, e, ainda a alínea “g” do inciso I do artigo 31 e artigo 53, ambos da Lei nº 3.150, de 22 de dezembro de 2005.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**DELIBERAÇÕES PROFERIDAS PELO COLENDO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, E REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 24 DE OUTUBRO DE 2019.****7. Processos:****7.1. Procedimento de Gestão Administrativa n.º 09.2019.00001880-9**

Requerente: Ouvidor do Ministério Público Estadual

Assunto: Proposta de alteração da Resolução n.º 001/2015-CPJ.

Comissão de Regimento e Normas Procuradores de Justiça Francisco Neves Júnior, Presidente; Gerardo Eriberto de Moraes, Membro; e Alexandre Lima Raslan, Secretário.

Deliberação: O Colégio de Procuradores, por maioria, aprovou a alteração da Resolução nº 001/2015-CPJ, com a redação proposta na emenda apresentada pelo Procurador de Justiça Gilberto Robalinho da Silva.

7.2. Procedimento de Gestão Administrativa n.º 09.2017.00000278-6

Requerente: Corregedor-Geral do Ministério Público.

Assunto: Proposta de atualização do Regimento Interno da Corregedoria-Geral do Ministério Público.

Comissão de Regimento e Normas Procuradores de Justiça Francisco Neves Júnior, Presidente; Gerardo Eriberto de Moraes, Membro; e Alexandre Lima Raslan, Secretário.

Deliberação: O Colégio de Procuradores, à unanimidade, aprovou a proposta de atualização do Regimento Interno da Corregedoria-Geral do Ministério Público nos termos do parecer da Comissão de Regimento e Normas.

7.3. Procedimento de Gestão Administrativa n.º 09.2019.00001058-3

Requerente: Promotor de Justiça Antenor Ferreira de Rezende Neto.

Assunto: Revisão da regra de divisão de atribuições da comarca de Aquidauana.

Comissão de Regimento e Normas Procuradores de Justiça Francisco Neves Júnior, Presidente; Silasneiton Gonçalves, Suplente; e Alexandre Lima Raslan, Secretário.

Deliberação: O Colégio de Procuradores, à unanimidade, aprovou a alteração da Resolução para o fim de redefinir as regras de divisão de atribuições das Promotorias de Justiça da comarca de Aquidauana, nos termos do parecer da Comissão de Regimento e Normas.

7.4. Procedimento de Gestão Administrativa n.º 09.2019.00000170-7

Requerentes: Promotores de Justiça Nara Mendes dos Santos Fernandes e Michel Maesano Mancuelho.

Assunto: Criação e instalação da 3ª Promotoria de Justiça na comarca de Amambai.

Comissão de Regimento e Normas Procuradores de Justiça Francisco Neves Júnior, Presidente; Silasneiton Gonçalves, Suplente; e Alexandre Lima Raslan, Secretário.

Deliberação: O Colégio de Procuradores, à unanimidade, aprovou a criação e instalação da 3ª Promotoria de Justiça na comarca de Amambai, nos termos do parecer da Comissão de Regimento e Normas.

8. Assuntos Institucionais:

8.1. Referendar a Portaria n.º 3754/2019-PGJ, de 8.10.2019, que concedeu, *ad referendum* do Colégio de Procuradores de Justiça, ao Corregedor-Geral do Ministério Público Marcos Antonio Martins Sottoriva, 3 (três) dias de férias compensatórias, referentes ao feriado forense de 20 de dezembro de 2017 a 6 de janeiro de 2018, por ter atuado no período de 20 a 27.12.2017, que foram usufruídos no período de 7 a 9.10.2019. **8.2. Referendar a Portaria n.º 3389/2019-PGJ, de 12.9.2019**, que suspendeu, *ex officio*, *ad referendum* do Colégio de Procuradores de Justiça, por necessidade de serviço, a partir do dia 12.9.2019, as férias do Procurador-Geral de Justiça, Paulo Cezar dos Passos, concedidas por meio da Portaria n.º 2999/2019-PGJ, de 19.8.2019.

8.3. Referendar a Portaria n.º 3741/2019-PGJ, de 7.10.2019, que concedeu, *ad referendum* do Colégio de Procuradores de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça, Paulo Cezar dos Passos, 3 (três) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada no período de 7 a 14.1.2019, que foram usufruídos nos dias 7, 8 e 9.10.2019.

Deliberação: O Colégio de Procuradores, à unanimidade, referendou as portarias sem ressalvas.

8.4. Referendar a concessão de diárias ao Procurador-Geral de Justiça, Paulo Cezar dos Passos. (Processos PGJ/10/3102/2019, PGJ/10/3365/2019, PGJ/10/3370/2019, PGJ/10/3372/2019, PGJ/10/3373/2019 e PGJ/10/3471/2019).

Deliberação: O Colégio de Procuradores, à unanimidade, referendou as diárias ao Procurador-Geral de Justiça sem ressalvas.

Campo Grande, 26 de novembro de 2019.

SILASNEITON GONÇALVES

Procurador de Justiça

Secretário do Colégio de Procuradores de Justiça

CONSELHO SUPERIOR**DELIBERAÇÕES PROFERIDAS PELO EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, NA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 19 DE NOVEMBRO DE 2019.****7. Ordem do dia:****7.1. Matéria Administrativa:****7.1.1. Processo:****1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2019.00001545-6**

Requerente: Ludmila de Paula Castro Silva, 7ª Promotora de Justiça da comarca de Corumbá

Assunto: Requer a suspensão da licença concedida para frequentar Curso de Doutorado Interinstitucional entre UFMS/USP.

Relator Conselheiro Alexandre Lima Raslan.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, votou da seguinte forma, no período entre 9.12.2019 e 11.1.2020, a licença para estudos deferida anteriormente em favor da requerente se dê sem prejuízo das funções, e a partir de 12.1.2020 a referida licença integral deverá ser retomada com prejuízo das funções, nos termos do voto do Relator.

2. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2019.00002706-3

Requerente: Corregedoria-Geral do Ministério Público

Assunto: Vitaliciamento do Promotor de Justiça Fabio Adalberto Cardoso de Moraes. **Relator Conselheiro Silasneiton Gonçalves.**

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, decidiu pelo vitaliciamento do Promotor de Justiça Fabio Adalberto Cardoso de Moraes, e com relação ao Promotor de Justiça Mateus Sleiman Castriani Quirino, o mesmo se encontra de licença para tratamento de saúde, desde o dia 14 de novembro de 2019, pelo período de 30 (trinta) dias. Dessa forma, considerando que o Promotor de Justiça Mateus Sleiman Castriani Quirino até o momento ainda não preencheu os dois anos de efetivo exercício no cargo, o Conselho, à unanimidade, votou pela manutenção da suspensão do presente procedimento, até o respectivo cumprimento do lapso temporal, bem como pela expedição de novo ofício à Corregedoria-Geral do Ministério Público para que encaminhe Relatório Circunstanciado Final do Estágio Probatório – Concurso XXVII, para novas deliberações do Colendo Conselho Superior do Ministério Público, nos termos do voto do Relator.

7.2. Julgamento de Inquéritos Cíveis e Procedimentos:**7.2.1. RELATOR-CONSELHEIRO SILVIO CESAR MALUF:****1. Inquérito Civil nº 06.2018.00001860-5**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Juliano Crestani

Assunto: Apurar a construção de uma rampa de lançamento de barcos, na Chácara São Romão, nas margens do Rio Coxim, nesta cidade, sem autorização ambiental.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE COXIM - MEIO-AMBIENTE - SUPOSTA CONSTRUÇÃO DE RAMPA DE LANÇAMENTOS DE BARCOS EM IMÓVEL RURAL - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO - APLICAÇÃO DO ENUNCIADO Nº 9 DESTE COLEGIADO - HOMOLOGAÇÃO. Promoção de arquivamento homologada, considerando a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta que tutela os interesses perseguidos neste procedimento, cujas disposições estão adequadas à norma de regência, aliado à determinação de instauração do pertinente procedimento administrativo para fiscalizar o seu cumprimento, consoante impõem o artigo 38 da Resolução nº 15/2007/PGJ e o Enunciado nº 9 deste Conselho Superior.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

2. Inquérito Civil nº 06.2019.00000670-2

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Chapadão do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Edson Narcizo Nepomuceno

Assunto: Promover a intervenção ambiental adequada para recuperação da nascente nº 56, localizada na Fazenda Buritizal, no Município de Chapadão do Sul.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO SUL - MEIO-AMBIENTE - RECUPERAÇÃO DE NASCENTE LOCALIZADA NA FAZENDA BURITIZAL - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO - APLICAÇÃO DO ENUNCIADO Nº 9 DESTA COLEGIADO - HOMOLOGAÇÃO. Promoção de arquivamento homologada, considerando a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta que tutela os interesses perseguidos neste procedimento, cujas disposições estão adequadas à norma de regência, aliado à determinação de instauração do pertinente procedimento administrativo para fiscalizar o seu cumprimento, consoante impõem o artigo 38 da Resolução nº 15/2007/PJ e o Enunciado nº 9 deste Conselho Superior.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

3. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2019.00008173-5

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Recorrente: Ricardo da Rocha Meireles

Recorrido: Ministério Público Estadual

Assunto: Analisar expediente formulado pelo recorrido, referente ao atendimento no CAPS AD III.

EMENTA: RECURSO CONTRA O ARQUIVAMENTO DE NOTÍCIA DE FATO - COMARCA DE CAMPO GRANDE - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - REPRESENTAÇÃO DESPROVIDA DE INDÍCIOS DE IRREGULARIDADE – ELEMENTOS INSUFICIENTES PARA IMPULSIONAR A ATUAÇÃO DESTA INSTITUIÇÃO - DESPROVIMENTO DO RECURSO - MANUTENÇÃO DO ARQUIVAMENTO DA NOTÍCIA DE FATO. Recurso administrativo desprovido, pois a representação ensejadora do feito não aponta a prática de ato de improbidade administrativa, sendo destituída de elementos mínimos para impulsionar a atuação desta Instituição, razão por que deve ser mantido o arquivamento da presente Notícia de Fato.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, votou pelo desprovimento do recurso e pela manutenção do arquivamento da Notícia de Fato, nos termos do voto do Relator.

4. Inquérito Civil nº 06.2018.00003250-7

2ª Promotoria de Justiça Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Bataguassu

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Bataguassu

Assunto: Apurar suposta recusa do Poder Público Municipal no que tange ao fornecimento do leite hidrolisado proenica (neocate) para a criança I. G. M.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MUNICÍPIO DE BATAGUASSU - DIREITOS FUNDAMENTAIS - SUPOSTA RECUSA DO PODER PÚBLICO EM FORNECER LEITE HIDROLISADO PARA A INFANTE I. G. M. - MEDIDAS TOMADAS PELA PREFEITURA MUNICIPAL - SUPERVENIENTE DESINTERESSE EM TER ACESSO AO LEITE - PERDA DE OBJETO - HOMOLOGAÇÃO. Promoção de arquivamento homologada, considerando a superveniente perda de interesse no consumo do leite hidrolisado, com base nas declarações da genitora da infante I. G. M perante a Promotoria de Justiça de origem.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

5. Inquérito Civil nº 06.2018.00001025-7

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Hospital Regional de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar eventual irregularidade decorrente de suposto desvio de alimentos do Hospital Regional de Mato Grosso do Sul para a realização de evento festivo.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - SUPOSTO DESVIO DE ALIMENTOS DO HOSPITAL REGIONAL DE MATO GROSSO DO SUL PARA A REALIZAÇÃO DE EVENTO FESTIVO - COMPROVAÇÃO DA IRREGULARIDADE NO CURSO DO PROCEDIMENTO - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO - APLICAÇÃO DO ENUNCIADO Nº 9 DESTA COLEGIADO -

HOMOLOGAÇÃO. Promoção de arquivamento homologada, considerando a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta que tutela os interesses perseguidos neste procedimento, cujas disposições estão adequadas às normas de regência (Resolução nº 179/2017/CNMP e 15/2007/PGJ), aliado à instauração do pertinente procedimento administrativo para fiscalizar o integral cumprimento do Acordo, consoante impõem o art. 38 da Resolução nº 15/2007/PGJ e o Enunciado nº 9 deste Conselho Superior.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

6. Inquérito Civil nº 06.2017.00000654-9

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Anastácio

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Rosana Alves da Silva

Assunto: Apurar a nomeação da pessoa de Rosana Alves da Silva, servidora pública estadual, no Município de Anastácio, sem o devido termo de cedência.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MUNICÍPIO DE ANASTÁCIO - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – SUPOSTA ILEGALIDADE EM NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA - POSTERIOR EXONERAÇÃO - ADEQUAÇÃO DA IRREGULARIDADE - DILIGÊNCIAS SUFICIENTES - PERDA DE OBJETO - HOMOLOGAÇÃO. Promoção de arquivamento homologada, pois as peças de informação colacionadas aos autos revelam que, precedentemente à instauração deste Inquérito Civil, a Administração Pública Municipal havia promovido a exoneração da servidora pública mencionada na representação anônima, fazendo cessar, portanto, a irregularidade ensejadora do feito.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

7.2.2. RELATOR-CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:

1. Inquérito Civil nº 06.2017.00001994-4

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Jardim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Max Antônio Souza de Moraes

Assunto: Apurar possível degradação ambiental na área de preservação permanente do "Córrego Desbarrancado", localizado na Fazenda Santo Onofre, em Guia Lopes da Laguna/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE JARDIM/MS – APURAÇÃO DA OCORRÊNCIA DE DANOS AMBIENTAIS NO IMÓVEL RURAL FAZENDA SANTO ONOFRE - GUIA LOPES DA LAGUNA/MS - DILIGÊNCIAS REALIZADAS - EROSÕES VERIFICADAS EM VISTORIA DA POLÍCIA MILITAR AMBIENTAL - DANOS EXTENSIVOS A ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE – RECUPERAÇÃO DE ÁREA DEGRADADA - EXECUÇÃO DE MEDIDAS DE REPARAÇÃO PELO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL - ESGOTAMENTO DO OBJETO DE APURAÇÃO - ATUAÇÃO MINISTERIAL COM RESOLUTIVIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO -HOMOLOGAÇÃO. O Inquérito Civil em análise foi instaurado para fins de apurar danos ambientais ocorridos no imóvel rural “Fazenda Santo Onofre”, localizado no município de Guia Lopes da Laguna/MS. Instruído o feito, restou comprovada a adoção das medidas de recuperação ambiental pelo proprietário do imóvel, dando cumprimento integral ao projeto de recuperação de área degradada protocolado junto ao IMASUL, esgotando-se o objeto do feito. Devido ao caráter satisfativo das medidas adotadas e a resolutividade da atuação ministerial, a homologação da promoção de arquivamento do inquérito civil é medida que se impõe.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

2. Inquérito Civil nº 06.2017.00002159-4

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Coxim

Assunto: Extinguir as situações jurídico-administrativas de desvio de função na estrutura administrativa do município de Coxim.

Procurador do Município: Flávio Garcia da Silveira OAB/MS nº 6.742.

EMENTA: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE COXIM – PREFEITURA MUNICIPAL DE COXIM - DENÚNCIA DE IRREGULARIDADES - DESVIO DE FUNÇÃO - SERVIDORES DO EXECUTIVO MUNICIPAL - DILIGÊNCIAS REALIZADAS – RECOMENDAÇÃO MINISTERIAL - CUMPRIMENTO DA RECOMENDAÇÃO – IRREGULARIDADES SANADAS - CONVOCAÇÃO DOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO OCORRIDO EM 2017 - ATUAÇÃO DO *PARQUET* COM RESOLUTIVIDADE - ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

NÃO CARACTERIZADO - ARQUIVAMENTO. Restou comprovado nos autos que o ato inquinado de desvio de função desvelou em mera irregularidade administrativa, pois não evidenciou vontade consciente, má-fé e dolo por parte do Prefeito Municipal de Coxim, capaz de configurar ato de improbidade administrativa. Contudo, a atuação ministerial demonstrou resolutividade, pois as irregularidades denunciadas foram sanadas por vontade própria da administração pública, que acolheu *in totum* a Recomendação expedida pelo Ministério Público Estadual, relocando os servidores à sua função original e convocando os aprovados remanescentes do último concurso para servidores municipais, impondo-se a homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

3. Inquérito Civil nº 06.2018.00000697-5

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dois Irmão do Buriti

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa em tese praticado por Alfeu Silva, ex-prefeito de Dois Irmãos do Buriti.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE DOIS IRMÃOS DO BURITI/MS - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PREFEITO MUNICIPAL - FUNDEF - NÃO APLICAÇÃO DO PATAMAR MÍNIMO CONSTITUCIONAL DE SESENTA POR CENTO EM MEDIDAS DE UNIVERSALIZAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL E VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO – DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO VERIFICADO NO ANO DE 2000 - PRESCRIÇÃO - ATUAÇÃO MINISTERIAL COM RESOLUTIVIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. O Inquérito Civil em análise foi instaurado para o fim de apurar atos de improbidade administrativa praticados por ex-Prefeito Municipal de Dois Irmãos do Buriti, consistentes em não aplicação do patamar mínimo dos recursos financeiros oriundos do FUNDEF, em medidas de valorização e universalização do ensino fundamental no Município. Os fatos em análise remontam ao exercício financeiro do ano 2000, os quais ensejaram imposição de multa pelo TCE/MS, encontrando-se prescritos sob o prisma de possíveis medidas judiciais cabíveis no âmbito da improbidade administrativa. Devido ao caráter satisfativo das medidas adotadas e a resolutividade da atuação ministerial, a homologação da promoção de arquivamento do inquérito civil é medida que se impõe.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

4. Inquérito Civil nº 06.2018.00000961-7

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Ivo Sanchez Vaz e Odair Lopes Cabral

Assunto: Apurar prática de ato de improbidade administrativa por policiais militares durante abordagem a indivíduo.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 16ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE DOURADOS/MS - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – ABORDAGEM POLICIAL - AGRESSÕES PRATICADAS CONTRA INDIVÍDUO ABORDADO - DILIGÊNCIAS REALIZADAS - AUSÊNCIA DE INDÍCIOS DE AUTORIA E MATERIALIDADE - FATOS NÃO PASSÍVEIS DE ANÁLISE SOB O PRISMA DA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - ATUAÇÃO MINISTERIAL COM RESOLUTIVIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. O Inquérito Civil em análise foi instaurado para o fim de apurar atos de improbidade administrativa praticados em sede de abordagem policial que resultou em agressões ao indivíduo abordado. Em sede de apuração, não foram colhidos indícios mínimos de autoria e materialidade, bem como não se observou, *in casu*, atos praticados em face das pessoas jurídicas de direito público ou de direito privado elencadas pelo art. 1º da Lei Federal nº 8.429/1992 como passíveis de configurarem improbidade administrativa. Devido ao caráter satisfativo das medidas adotadas e a resolutividade da atuação ministerial, a homologação da promoção de arquivamento do inquérito civil é a medida que se impõe.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

5. Inquérito Civil nº 06.2018.00003334-0

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido Luiz Antônio Paro Júnior

Assunto: Apurar eventual dano ambiental pelo descumprimento de reposição florestal obrigatória, proveniente dos projetos de explorações/aproveitamento de material lenhoso (lenha nativa), na Fazenda Rio Pequeno, em Alcínópolis.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE COXIM/MS – APURAÇÃO DA OCORRÊNCIA DE DANOS AMBIENTAIS NO IMÓVEL RURAL FAZENDA RIO PEQUENO - MUNICÍPIO

DE ALCINÓPOLIS/MS – AUTORIZAÇÃO PARA APROVEITAMENTO DE MATERIAL LENHOSO - DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO DE REPOSIÇÃO FLORESTAL - AUTO DE INFRAÇÃO LAVRADO PELO IBAMA - DEVER DE FISCALIZAÇÃO PELO IMASUL - IMPOSIÇÃO DE MULTA SIMPLES - CONSTATAÇÃO DE INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA - SUFICIÊNCIA DAS DILIGÊNCIAS EMPREENDIDAS – ATUAÇÃO MINISTERIAL COM RESOLUTIVIDADE – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. O Inquérito Civil em análise foi instaurado para fins de apurar danos ambientais ocorridos no imóvel rural “Fazenda Rio Pequeno”, localizado no município de Alcinópolis/MS. Instruído o feito, restou apurada a ocorrência de infração administrativa em razão do descumprimento de obrigação de reposição florestal decorrente da atividade de exploração de material lenhoso, havendo a respectiva imposição de multa simples pelo IBAMA, manifestando-se o IMASUL, em sede do exercício do poder de polícia, pelo prosseguimento do processo administrativo de apuração realizado pela autarquia federal. Devido ao caráter satisfativo das medidas adotadas e a resolutividade da atuação ministerial, a homologação da promoção de arquivamento do inquérito civil é medida que se impõe.

Deliberação: *O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.*

7.2.3. RELATOR-CONSELHEIRO BELMIRE SOLES RIBEIRO:

1. Inquérito Civil nº 06.2018.00003327-2

2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Aquidauana/MS.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requeridos: A Apurar.

Assunto: Apurar denúncia de suposto desvio de dinheiro público na Prefeitura de Aquidauana, com emissão de nota fiscal e fornecimento de produto ou serviço com valor acima do pactuado.

Deliberação: *O Conselho, à unanimidade, aprovou a prorrogação de prazo por 01 (um) ano, nos termos do voto do Relator.*

2. Inquérito Civil nº 06.2019.00001179-3

2ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Ivinhema

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade, consistente na utilização de salas multisseriadas para os alunos do 3º e 4º anos, do Ensino Fundamental, na Escola José do Patrocínio, extensão da escola agrícola, localizada na Gleba Ouro Verde, Zona Rural, Ivinhema/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE IVINHEMA/MS - APURAR EVENTUAL IRREGULARIDADE, CONSISTENTE NA UTILIZAÇÃO DE SALAS MULTISSERIADAS PARA OS ALUNOS DO 3º E 4º ANOS, DO ENSINO FUNDAMENTAL, NA ESCOLA JOSÉ DO PATROCÍNIO - IRREGULARIDADES DEVIDAMENTE SANADAS - RECOMENDAÇÃO ACATADA - ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, denota-se que a promoção de arquivamento merece ser homologada, uma vez que visando coibir possíveis prejuízos para os estudantes do Ensino Fundamental da Escola José do Patrocínio, o representante do *Parquet* de origem expediu Recomendação, solicitando a realização de planejamento e remanejamento, dentro do respectivo órgão, para cessar a utilização das salas multisseriadas no Município de Ivinhema a partir de janeiro de 2020, assim como caso seja necessário, promover a desativação das unidades em que haja um quantitativo de alunos muito baixo, como na situação da Sala da Escola José do Patrocínio, providencie, sem prejuízo, o transporte escolar, de forma adequada, à unidade correspondente. Posteriormente, a Secretaria Municipal informou que já promoveu o patrolamento e adequação da estrada que liga a Escola Municipal Benedita Figueiró de Oliveira, a fim de possibilitar a realização do transporte escolar, bem como que já foi planejado o quadro de vagas para o ano letivo de 2020 na rede municipal de ensino.

Deliberação: *O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.*

3. Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000806-6

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sonora

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possível prática de ato de improbidade administrativa decorrente da realização de procedimento licitatório e contratação de serviços para reforma do prédio da Câmara Municipal de Sonora.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – COMARCA DE SONORA/MS - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - APURAR EVENTUAL ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA DECORRENTE DA REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA REFORMA DO

PRÉDIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SONORA - DENÚNCIA ANÔNIMA - ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO COMPROVADO - PERDA DO OBJETO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Verifica-se que a promoção de arquivamento deve ser homologada. Ocorre que a denúncia veio desacompanhada de quaisquer elementos probatórios mínimos de fraude ou outro ato ímprobo pela administração pública que pudessem auxiliar nas investigações. Outrossim, denota-se que os documentos referentes ao procedimento licitatório Convite nº 002/2012 (Processo Administrativo nº 003/2017) demonstram que a contratação foi precedida de procedimento licitatório regular, constatando-se que os serviços de reforma foram contratados e realizados. Ademais, o fato de o proprietário da empresa licitante ser marido de servidora comissionada do órgão contratante não representa, por si só, óbice para a participação da empresa no procedimento licitatório, haja vista que a situação não se enquadra nas hipóteses de impedimento do artigo 9º da Lei nº 8.666/93. Dessa forma, ausentes os fundamentos necessários para a continuidade das diligências ou instauração de ação judicial cabível, o arquivamento é medida que se impõe.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

4. Inquérito Civil nº 06.2018.00003381-7

Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a falta de urbanidade por parte de conselheiros tutelares no desempenho de suas funções, o uso de veículo oficial para diligências por parte de conselheiros tutelares, suposto prejuízo ao erário decorrente de acidente envolvendo veículo oficial utilizado por conselheiro tutelar durante diligências profissionais.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES - APURAR A FALTA DE URBANIDADE POR PARTE DE CONSELHEIROS TUTELARES NO DESEMPENHO DE SUAS FUNÇÕES, O USO DE VEÍCULO OFICIAL PARA DILIGÊNCIAS POR PARTE DE CONSELHEIROS TUTELARES, SUPOSTO PREJUÍZO AO ERÁRIO DECORRENTE DE ACIDENTE ENVOLVENDO VEÍCULO OFICIAL UTILIZADO POR CONSELHEIRO TUTELAR DURANTE DILIGÊNCIAS PROFISSIONAIS - NÃO INCIDÊNCIA DOS ARTIGOS 9º, 10 E 11 DA LEI 8429/92 - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - ÓRGÃO FISCALIZADOR DAS ATIVIDADES DO CONSELHO TUTELAR - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Denota-se que a suposta falta de urbanidade por parte dos Conselheiros deveria ter sido objeto de apuração por parte do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, cabendo ao *Parquet* o acompanhamento do deslinde da apuração junto ao Conselho Municipal, e somente se constatada a irregularidade no exercício da função pelos conselheiros, poderá o órgão ministerial tomar medidas contra eventual ato de improbidade. Outrossim, no que tange ao acidente narrado inicialmente, envolvendo veículo automotor oficial da Prefeitura de Bandeirantes por parte de Conselheiro Tutelar, verificou-se que a causadora do acidente, Sr^a. Marina Furlan Elias Fraga, assumiu como culpada e tomou todas as providências necessárias, tendo sido os danos todos custeados pela seguradora da autora (fl. 170), instaurado qualquer dano ao erário. Inobstante as peculiaridades do caso em apreço em relação a eventuais erros no cumprimento de decisões judiciais ou de diligências efetuadas por equívoco na interpretação de decisões judiciais, não houve qualquer prova de que houvesse se configurado ato de improbidade administrativa do gestor público, ao qual é imprescindível a existência de dolo do agente nas condutas tipificadas nos artigos 9º e 11 da Lei 8.429/92 ou, no mínimo, a culpa grave as condutas dispostas no artigo 10.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

5. Inquérito Civil nº 06.2018.00001243-3

34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Tribunal de Contas do Mato Grosso do Sul

Requerido: Instituto do Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul - IMASUL

Assunto: Apurar eventuais irregularidades da rede de monitoramento das águas superficiais do Estado de Mato Grosso do Sul, em razão de comunicação do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR EVENTUAIS IRREGULARIDADES DA REDE DE MONITORAMENTO DAS ÁGUAS SUPERFICIAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - DILIGÊNCIAS SUFICIENTES - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA ACOMPANHAMENTO DO MONITORAMENTO DE QUALIDADE DE ÁGUA EM TODAS AS SUB-BACIAS DO ESTADO - RESOLUÇÃO Nº 005/CPJ/2012 - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Assim, conforme bem fundamentado pelo Presidente do feito, vislumbra-se que “os problemas detectados pelo Tribunal de Contas foram satisfatoriamente sanados. Restaria a cobrar somente o monitoramento em todas as sub-bacias (...)” (sic- ff 864), por isso, demandam fiscalização por parte do Órgão Ministerial, o que já ocorrera por meio do Procedimento Administrativo n. 09.2019.00003110-1 anexado aos autos, cujos autos foram arquivados porque “considera-se desnecessária o aforamento de ação civil pública

e, diante da conhecida recusa em celebrar termo de ajustamento de conduta por parte dos entes públicos, será providenciada a instauração de um procedimento administrativo para acompanhar o progresso do Estado no monitoramento das demais sub-bacias.” Ademais, cumpre salientar que o Presidente do feito achou por bem remeter ao MPF cópia digital deste feito, a fim de que avalie se a densidade da rede nacional de qualidade de água no nosso Estado cumpre devidamente a Resolução ANA nº 903/2013.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. O Conselheiro Alexandre Lima Raslan se absteve de votar.

6. Inquérito Civil nº 06.2018.00002035-5

32ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Secretaria Municipal de Saúde Pública de Campo Grande/MS

Assunto: Apurar suposta não realização de exames por falta de materiais e/ou reagentes no Centro de Testagem e Aconselhamento/CTA do Município de Campo Grande.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR SUPOSTA NÃO REALIZAÇÃO DE EXAMES POR FALTA DE MATERIAIS E/OU REAGENTES NO CENTRO DE TESTAGEM E ACONSELHAMENTO/CTA DO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE - PERDA DO OBJETO - SITUAÇÃO REGULARIZADA - ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. A análise dos autos revela que as diligências empreendidas pelo órgão de Execução de origem foram suficientes para esclarecer o objeto investigado, considerando que todos os exames narrados estão sendo devidamente fornecidos, após o recebimento regular dos insumos/reagentes necessários para a realização de tais exames no LACEN, CTA e LABCEM; inclusive, o exame de Clamídia, o qual deu ensejo à presente apuração, verificou-se que sua disponibilização se regularizou, contando com 49 pontos de coleta no Município de Campo Grande/MS (fls. 187/189). Assim, não havendo omissão do Poder Público, inexistiu motivo apto a oportunizar a intervenção seja extrajudicial ou judicial, do Ministério Público.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

7. Inquérito Civil nº 06.2018.00001128-9

1ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Ponta Porã/MS

Assunto: Apurar os critérios utilizados pelo Município de Ponta Porã para custear o transporte de universitários para as instituições de ensino superior situadas no Município de Dourados/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE PONTA PORÃ/MS - APURAR OS CRITÉRIOS UTILIZADOS PELO MUNICÍPIO DE PONTA PORÃ PARA CUSTEAR O TRANSPORTE DE UNIVERSITÁRIOS PARA AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR SITUADAS NO MUNICÍPIO DE DOURADOS/MS - AUSÊNCIA DE DOLO - REGULAMENTAÇÃO DO REPASSE FINANCEIRO - ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. A análise dos autos revela que as diligências empreendidas pelo órgão de Execução foram suficientes, uma vez que o Município de Ponta Porã promoveu a devida regulamentação do repasse financeiro à Associação de Universitários, que ocorrera através do Certame nº 2677/2018, a qual trata sobre a parceria por termo de fomento com a organização da sociedade civil para execução de apoio ao transporte de acadêmicos. Assim, inexistindo elementos suficientes que demonstrem a prática de atos de improbidade administrativa que importem na responsabilização do ente público e/ou de seus agentes, não subsiste justa causa ou mesmo atribuição para atuação do Órgão de Execução Ministerial.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

8. Inquérito Civil nº 06.2018.00000546-5

57ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possível ocupação irregular de leitos/SUS de UTI Neonatal e pediátricos pela Saúde Suplementar.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CAMPO GRANDE/MS - APURAR POSSÍVEL OCUPAÇÃO IRREGULAR DE LEITOS SUS DE UTI NEONATAL E PEDIÁTRICOS PELA SAÚDE SUPLEMENTAR - DILIGÊNCIAS EMPREENDIDAS - RECOMENDAÇÕES EXPEDIDAS E DEVIDAMENTE ACATADAS - REGRAS DE REGULAÇÃO MUNICIPAL/ESTADUAL SENDO CUMPRIDAS - ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Verifica-se que a promoção de arquivamento merece ser homologada, uma vez que após diligências empreendidas durante a investigação, constatou-se que a Saúde Suplementar

no Município de Campo Grande/MS vem cumprindo integralmente as regras de regulação municipal/estadual no que tange à ocupação de leitos SUS de UTI Neonatal e pediátricos.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

9. Inquérito Civil nº 06.2018.00002242-0

32ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: : Secretaria Municipal de Saúde Pública de Campo Grande/MS, Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul, Santa Casa de Campo Grande e Hospital de Câncer Alfredo Abrão.

Assunto: Apurar o fechamento dos serviços de oncologia pediátrica no Hospital de Câncer Alfredo Abrão e na Santa Casa de Campo Grande.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CAMPO GRANDE/MS - APURAR O FECHAMENTO DOS SERVIÇOS DE ONCOLOGIA PEDIÁTRICA NO HOSPITAL DE CÂNCER ALFREDO ABRÃO E SANTA CASA DE CAMPO GRANDE - AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA - SERVIÇOS DEVIDAMENTE PRESTADOS - INEXISTÊNCIA DE DEMANDA REPRIMIDA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, constatou-se que em que pese o Hospital Santa Casa e o Hospital Alfredo Abrão não estarem atualmente realizando o serviço de oncologia pediátrica, notadamente porque este ainda se encontra no processo para atualização e pactuação da linha de cuidados da oncologia através do Protocolo de Intenções, o Hospital Regional de Mato Grosso do Sul e o Hospital Universitário Maria Aparecida Pedrossian são os atualmente habilitados como UNACON, os quais absorveram todos os pacientes pediátricos da oncologia e vem conseguindo garantir a prestação do serviço em questão. Como bem salientou a i. Promotora de Justiça de origem “não restou demonstrado que há demanda reprimida para os serviços de oncologia pediátrica nesta Capital, bem como não fora recebida nesta Especializada qualquer outra reclamação referente a eventual indisponibilidade do serviço público da saúde em questão, o que reforça a efetiva disponibilização do serviço nesse aspecto.” (fl. 426). Como se vê, não há justa causa para a continuidade do presente feito, uma vez que não há demanda reprimida para os serviços de oncologia pediátrica, bem como ante a demonstração de que a Secretaria de Estado de Saúde vem adotando as medidas necessárias para complementar o serviço de Oncopediatria em Campo Grande/MS.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

7.2.4. RELATOR-CONSELHEIRO JOÃO ALBINO CARDOSO FILHO:

1. Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000790-1

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Luiz Gustavo de Oliveira Lima

Assunto: Apurar o corte de 6 (seis) toras e 12 (doze) pranchas de madeira da espécie Faveiro na Fazenda Terra Nova sem autorização do órgão ambiental competente.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – DANO AMBIENTAL - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - TAC DE ACORDO COM O ART. 33 AO 43 DA RESOLUÇÃO N.º 15/2007 – TAC HOMOLOGADO - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO VISANDO ACOMPANHAR E FISCALIZAR SEU CUMPRIMENTO - INCIDÊNCIA DO ART. 39 DA RESOLUÇÃO N.º 15/2012 PGJ – ATUAÇÃO DO *PARQUET* COM RESOLUTIVIDADE – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos, que o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) encontra-se de acordo com o regramento capitulado no art. 33 ao art. 43 da Resolução PGJ n.º 15/2007, devendo ser homologado. De outro norte, verifica-se que houve a instauração de procedimento administrativo, com o fim de acompanhar e fiscalizar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), conforme preceitua o art. 39 da Resolução n.º 15/2012 da PGJ, tornando-se desproposado o seguimento do presente Procedimento Preparatório. Desse modo, voto pela homologação do arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00000432-2

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dois Irmãos do Buriti

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Dois Irmãos do Buriti

Assunto: Apurar irregularidades na dispensa de licitação nº 003/2011 (Processo Administrativo nº 036/2011).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR EVENTUAL IRREGULARIDADE NA CONTRATAÇÃO DE PRESTADOR DE SERVIÇOS PARA REFORMA DE PONTE - ILEGALIDADE, FAVORECIMENTO E PESSOALIDADE - NÃO COMPROVAÇÃO HIPÓTESE PREVISTA NO ART. 24, INCISO IV, DA LEI Nº 8.666/93

– **PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO.** Depreende-se dos presentes autos que a contratação de Eumar Rodrigues Siqueira, para prestação de serviços relacionados a reforma emergente de ponte de madeira não ofendeu as normas da Lei de Licitação, não se verificando, ainda, eventual sobrepreço ou qualquer outro indício de má-fé. Ainda, a contratação se deu durante período de estado de emergência, devido a fortes chuvas, com valores compatíveis com o serviço oferecido, o que se enquadra na hipótese prevista no art. 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93. Ademais, posteriormente, o município de Dois Irmãos do Buriti realizou procedimento licitatório, na modalidade Carta Convite, para a efetiva contratação de empresa especializada, visando a reforma e manutenção de todas as estradas e pontes do município. Desse modo, ante a não comprovação das irregularidades noticiadas, voto pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

3. Inquérito Civil nº 06.2016.00001026-0

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Aquidauana

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Aquidauana

Assunto: Apurar possível inconstitucionalidade da Lei Municipal nº 2.257/2012, alterada pela Lei Municipal nº 2.328/2014, que transforma área rural em área de expansão e dá outras providências, bem como averiguar possível irregularidade ambiental do loteamento “Sossego dos Pacus”, localizado no Distrito de Piraputanga.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – INCONSTITUCIONALIDADE REFLEXA DE LEI MUNICIPAL - EXPEDIÇÃO DE RECOMENDAÇÃO AO MUNICÍPIO DE AQUIDAUANA - RECOMENDAÇÃO ACATADA - REVOGAÇÃO DAS LEIS MUNICIPAIS Nº 2.257/2012 E Nº 2.328/2014 - LOTEAMENTO “SOSSEGO DOS PACUS” NÃO APROVADO PELA PREFEITURA – IRREGULARIDADES SANADAS - ATUAÇÃO DO PARQUET COM RESOLUTIVIDADE – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos que a Prefeitura e a Câmara Municipal de Aquidauana acataram a Recomendação do órgão ministerial e revogaram as leis municipais nº 2.257/12 e nº 2.328/14, que definiam a área de loteamento “Sossego dos Pacus” como área de expansão urbana. Ainda, em vistoria realizada pela Polícia Militar Ambiental, não se constatou a implantação do empreendimento, sendo que as irregularidades ambientais verificadas no local, já estão sendo investigadas nos autos do Inquérito Civil nº 06.2017.00000577-2. Desse modo, voto pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

4. Inquérito Civil nº 06.2018.00003272-9

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Ponta Porã

Assunto: Apurar eventual irregularidade na permissão de uso de boxes comerciais no Terminal Rodoviário.

Procurador do Município: Ricardo Soares Sanches Dias – OAB/MS nº 11.558

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR CONCESSÃO DE PERMISSÃO DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO – AUSÊNCIA DE LICITAÇÃO - ATO DISCRICIONÁRIO DO PODER PÚBLICO - PERMISSÃO CONCEDIDA AOS COMERCIANTES QUE JÁ ESTAVAM NO LOCAL - PAGAMENTO DE ALUGUÉIS POR PARTE DE TODOS OS LOJISTAS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos, que no ano de 2013 houve levantamento de todos os comerciantes que atuavam no Terminal Rodoviário de Ponta Porã, sendo emitido o termo de permissão de uso de bem público para aqueles que já estavam no local, mediante pagamento de aluguéis para manutenção do espaço. Ademais, a concessão de permissão de uso é ato discricionário do poder público, sendo prescindível de licitação, bem como, há o pagamento das taxas referentes a metragem de cada box, não havendo indícios de eventuais favorecimentos. Desse modo, ante a não comprovação das irregularidades noticiadas, voto pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

5. Inquérito Civil nº 06.2018.00000995-0

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sonora

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar se houve a venda ou a transferência irregular de lotes situados no assentamento “Carlos Soares de Melo”, localizado no Município de Sonora/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR EVENTUAL IRREGULARIDADE NA VENDA DE TERRENOS DE ASSENTAMENTO RURAL - REVENDA DOS LOTES PELOS ANTIGOS PROPRIETÁRIOS - REGULARIZAÇÃO

REALIZADA PELA AGRAER - AUTORIZAÇÕES DE OCUPAÇÃO EM NOME DOS ATUAIS POSSUIDORES - FISCALIZAÇÃO EFETIVA - ATUAÇÃO DO *PARQUET* COM RESOLUTIVIDADE – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos, que durante fiscalização a AGRAER realizou levantamento dos lotes vendidos irregularmente, havendo a verificação de quais possuidores se enquadravam nos requisitos de pequenas propriedades rurais passíveis de regularização. Posteriormente, os lotes foram individualizados em um total de 227 (duzentos e vinte e sete) propriedades, havendo a expedição de Autorização de Posse para 201 (duzentos e um) imóveis. Atualmente, somente 26 (vinte e seis) propriedades se encontram em fase de regularização, bem como 45 (quarenta e cinco) lotes irregulares foram desocupados. Por fim, o Cartório de Registro de Imóveis do município foi notificado da impossibilidade de transferência da titularidade dos terrenos, ficando sanada a irregularidade anteriormente constatada. Desse modo, voto pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

7.2.5. RELATOR-CONSELHEIRO FRANCISCO NEVES JÚNIOR:

1. Inquérito Civil nº 06.2017.00000111-0

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Ponta Porã

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa atribuído ao Secretário Municipal de Saúde de Ponta Porã, consistente na omissão na fiscalização da execução do contrato firmado entre o Município de Ponta Porã e a empresa contratada para fornecimento de fraudas geriátricas, para atendimento da demanda da rede municipal de saúde.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – PATRIMÔNIO PÚBLICO – OMISSÃO NA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO – FORNECIMENTO DE PRODUTOS DE QUALIDADE INFERIOR À LICITADA – IRREGULARIDADES NÃO CONSTATADAS – FALTA DE JUSTA CAUSA PARA A ATUAÇÃO DO *PARQUET* – ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Sobrevindo a demonstração de que, a despeito das reclamações, o material fornecido pela empresa vencedora do certame continha a mesma especificação do bem objeto da licitação, sem que tenha remanescido sobressalente a ocorrência de qualquer irregularidade relacionada ao poder-dever da Administração de fiscalizar a execução dos seus contratos, exsurge imponente o convencimento da inexistência de fundamento para a tutela coletiva pelo *Parquet*.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

2. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2019.00008246-7

2ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Paranaíba

Recorrente: Helder Luiz Guimarães Chalub

Recorrido: Ministério Público Estadual

Assunto: Apurar possível loteamento irregular no Município de Paranaíba.

EMENTA: NOTÍCIA DE FATO – ARQUIVAMENTO – HABITAÇÃO E URBANISMO – LOTEAMENTO CLANDESTINO – IRREGULARIDADES NÃO CONSTATADAS – ATUAÇÃO POSITIVA E EFICAZ DO PODER PÚBLICO PARA ACAUTELAMENTO DOS FATOS – FALTA DE JUSTA CAUSA PARA A INTERVENÇÃO FUNCIONAL DO *PARQUET* – RECURSO DESPROVIDO. Esgotadas todas as diligências sem que tenha remanescido sobressalente a materialização de atos de parcelamento do solo destinados à implementação de loteamento urbano na área objeto da denúncia, acautelada administrativamente pelo próprio Poder Público, no legítimo exercício do seu poder-dever de polícia, exsurge imponente o convencimento da inexistência de fundamento para a atuação funcional do *Parquet*.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, votou pelo desprovisionamento do recurso e a manutenção do arquivamento da Notícia de Fato nos termos do voto do Relator.

3. Inquérito Civil nº 06.2019.00000018-5

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a notícia de que ilegalidade na nomeação de servidores públicos para ocuparem cargos de provimento em comissão junto à agência do Departamento de Trânsito do Estado de Mato Grosso do Sul (DETRAN) de Naviraí/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – PATRIMÔNIO PÚBLICO – CARGOS EM COMISSÃO SEM ATRIBUIÇÕES DEFINIDAS EM LEI – IRREGULARIDADE NÃO CONSTATADA – FALTA DE JUSTA CAUSA PARA A ATUAÇÃO FUNCIONAL DO *PARQUET* – ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Esgotadas todas as diligências com a demonstração de que os cargos em comissão do órgão público requerido têm suas atribuições definidas em lei e compatibilizadas com a normativa constitucional que exige a excepcionalidade desta espécie de provimento, exsurge

imponente o convencimento da inexistência de fundamento para a tutela coletiva pelo *Parquet*.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

4. Inquérito Civil nº 06.2018.00001915-9

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Coxim

Assunto: Apurar eventual omissão do Poder Público, consistente na ausência de drenagem na Avenida Federal, nesta cidade, ocasionando acúmulo de águas pluviais e transtornos aos moradores.

Advogado: Douglas Wagner Van Spitzenbergen – OAB/MS nº 11.822.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, converteu o julgamento em diligência e determinou o retorno dos autos à Promotoria de Justiça de origem, nos termos do voto do Relator.

5. Inquérito Civil nº 06.2018.00002714-8

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Edismar Martins Pereira

Assunto: Apurar o desmatamento de duas áreas somando 33,67 ha, sem autorização ambiental, ocorrido na Fazenda São Joaquim, situada em Alcinoópolis, de propriedade de Edismar Martins Pereira, conforme Parecer n. 854/17 do Nugeo.

Advogado: Marcelo Fernandes de Carvalho – OAB/MS nº 8.547

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – MEIO AMBIENTE – ALTERAÇÕES FLORESTAIS CONSTATADAS VIA SATÉLITE DE SENSORIAMENTO REMOTO – DESMATE IRREGULAR – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA FIRMADO – OBRIGAÇÕES QUE DEMANDAM FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO – INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE CONTROLE – ARQUIVAMENTO DO APURATÓRIO DE ORIGEM – HOMOLOGAÇÃO. A par das alterações introduzidas pela Resolução n.º 005/2015-CPJ, sobrevivendo a celebração de termo de ajustamento de conduta, com obrigações suficientes para a compensação ambiental dos danos causados, cujo cumprimento será aquilatado em procedimento administrativo específico, através do sistema de processo eletrônico SAJ/MS, exsurge imponente o convencimento da inexistência de plausibilidade para a manutenção do apuratório de origem. Primeiro, porque se o TAC resolveu todos os problemas investigados, sua lavratura, por si só, será motivo jurídico bastante para fundamentar a promoção de arquivamento. Ao depois, porque em caso de eventual descumprimento, caberá ao órgão ministerial a quo executar o título constituído. Enfim, porque ausente prejuízo ecológico ou cenário movediço de risco assaz a justificar a tutela coletiva de cognição.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

6. Inquérito Civil nº 06.2018.00002838-0

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Eldorado Brasil Celulose

Assunto: Apurar denúncia de derrubadas de matas nativas e madeiras de lei, bem como descarte irregular de embalagens plásticas, saco plásticos, venenos e adubos, entre outros.

Advogada: Marjorie Silvério Gomes – OAB/SP nº 291.458.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – MEIO AMBIENTE – INDÚSTRIA DE CELULOSE – SUPRESSÃO VEGETAL EM DESACORDO COM AS NORMAS DE REGÊNCIA – DESCARTE IRREGULAR DE RESÍDUOS TÓXICOS – DENÚNCIA INSUBSISTENTE – IRREGULARIDADES NÃO CONFIRMADAS – FALTA JUSTA CAUSA PARA O PROSSEGUIMENTO DA INVESTIGAÇÃO – ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Esgotadas todas as diligências sem que se pudesse haurir elementos mínimos para impulsionar a investigação, mormente em se considerando que o denunciante não soube declinar eventuais envolvidos nem as áreas onde teriam sido perpetrados os ilícitos ambientais, exsurge imponente o convencimento da inexistência de fundamento para a atuação funcional do *Parquet*.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

7.2.6. RELATOR-CONSELHEIRO SILASNEITON GONÇALVES:

1. Inquérito Civil nº 06.2018.00002680-5

67ª Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: 8º Serviço Notarial da comarca de Campo Grande

Assunto: Apurar e tomar providências sobre eventual falta de acessibilidade para pessoas com deficiência e/ou mobilidade

reduzida no 8º Serviço Notarial da comarca de Campo Grande.

Advogado: Herick Berger Leopoldo – OAB/SP nº 225.927.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR E TOMAR PROVIDÊNCIAS SOBRE EVENTUAL FALTA DE ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E/OU MOBILIDADE REDUZIDA NO 8º SERVIÇO NOTARIAL DA COMARCA DE CAMPO GRANDE. IRREGULARIDADES SANADAS. ATUAÇÃO MINISTERIAL COM RESOLUTIVIDADE. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que as irregularidades constatadas durante as investigações foram devidamente sanadas, porquanto o requerido cumpriu com as exigências de acessibilidade feitas pela SEMADUR para a regularização do prédio do 8º Serviço Notarial de Campo Grande/MS. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

7.2.7. RELATOR-CONSELHEIRO ALEXANDRE LIMA RASLAN:

1. Inquérito Civil nº 06.2018.00002481-8

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nioaque

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Francisco Boschetti

Assunto: Apurar possível dano ambiental decorrente da utilização de máquinas na Área de Preservação Permanente localizada na Fazenda Urumbeba, de propriedade de Francisco Boschetti.

Advogado: Jorge Severino – OAB/MS nº 19.052

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR POSSÍVEL DANO AMBIENTAL DECORRENTE DA UTILIZAÇÃO DE MÁQUINAS NA ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE LOCALIZADA NA FAZENDA URUMBEBE, DE PROPRIEDADE DE FRANCISCO BOSCHETTI – INSTRUÇÃO CONCLUÍDA – CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Ao final da instrução, houve a celebração de Termo de Ajuste de Conduta às exigências legais, mediante cominações, nos termos dos arts. 33 e 34 da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil), para a resolução das seguintes irregularidades: a) supressão indevida de 0,1285 hectares em área de preservação permanente; b) ausência de comprovação da inscrição da Reserva Legal junto ao CAR; 2. Para a fiscalização do cumprimento do pactuado no ajustamento de conduta, houve a instauração do Procedimento Administrativo nº 09.2019.00003018-0, nos termos dos arts. 38 e 39 da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 3. Enunciado nº 9 do Conselho Superior do Ministério Público. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

Campo Grande, 26 de novembro de 2019.

ALEXANDRE LIMA RASLAN

Procurador de Justiça

Secretário do Conselho Superior do MP

COORDENADORIA DE LICITAÇÕES**AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO DO SUL / Procuradoria-Geral de Justiça comunica aos interessados a abertura de Licitação, nos termos da Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente da Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Modalidade: Pregão Presencial nº 26/PGJ/2019 (Processo PGJ/10/3710/2019).

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de aquisição de espelho e/ou painel de vidro, contratação de serviços de acabamento “bisotê” e instalação de espelhos e contratação de serviço de instalação dos painéis de vidro, incluindo todo o material necessário para realização dos serviços, para atender o Ministério Público Estadual.

Abertura das Propostas e Documentação:

- Local: Sala da Coordenadoria de Licitações da Procuradoria-Geral de Justiça - Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, 214, Jardim Veraneio, Campo Grande - MS.

- Data: 11 de dezembro de 2019.

- Horário: 14 horas.

- Telefone para contato: (67) 3318-2145.

Retirada do Edital: por meio do endereço eletrônico www.mpms.mp.br/licitacao/pregao ou na Coordenadoria de Licitações/PGJ.

Designação do Pregoeiro e Equipe de Apoio, efetuada pela Sra. Secretária-Geral do Ministério Público Estadual, em 22/11/2019:

- Pregoeiro: Hermes Alencar de Lima;

- Equipe de Apoio: Cleber do Nascimento Gimenez e Gladys Esmelda Barrios Amarilha;

- Suplente do Pregoeiro: Emervál Carmona Gomes;

- Suplente da Equipe de Apoio: Carla Maria Bagordakis.

- Fiscalização da Ata de Registro de Preço: Secretaria de Administração/PGJ

Campo Grande, 25 de novembro de 2019.

BIANKA KARINA BARROS DA COSTA

Promotora de Justiça e Secretária-Geral do MP/MS

Ordenadora de Despesa

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO DO SUL / Procuradoria-Geral de Justiça comunica aos interessados a abertura de Licitação, nos termos da Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente da Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Modalidade: Pregão Presencial nº 30/PGJ/2019 (Processo PGJ/10/4075/2019).

Objeto: Execução de serviços pintura, instalação e fornecimento de gradil, fechamento em divisórias de gesso acartonado, etc., na sede das Promotorias de Justiça da Comarca de Aquidauana (Rua Luiz da Costa Gomes, nº 544, Vila Cidade Nova, Aquidauana/MS), incluído o fornecimento de todos os materiais necessários à execução dos serviços (divisórias de gesso, tintas, gradil, etc.).

Abertura das Propostas e Documentação:

- Local: Sala da Coordenadoria de Licitações da Procuradoria-Geral de Justiça - Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, 214, Jardim Veraneio, Campo Grande - MS.

- Data: 13 de dezembro de 2019.

- Horário: 14 horas.

- Telefone para contato: (67) 3318-2145.

Retirada do Edital: por meio do endereço eletrônico www.mpms.mp.br/licitacao/pregao ou na Coordenadoria de Licitações/PGJ.

Designação do Pregoeiro e Equipe de Apoio, efetuada pela Sra. Secretária-Geral do Ministério Público Estadual, em 22/11/2019:

- Pregoeiro: Hermes Alencar de Lima;

- Equipe de Apoio: Cleber do Nascimento Gimenez e Gladys Esmelda Barrios Amarilha;

- Suplente do Pregoeiro: Emerval Carmona Gomes;

- Suplente da Equipe de Apoio: Carla Maria Bagordakis.

- Fiscalização contratual: Departamento de Engenharia/PGJ.

Campo Grande, 25 de novembro de 2019.

BIANKA KARINA BARROS DA COSTA

Promotora de Justiça e Secretária-Geral do MP/MS

Ordenadora de Despesa

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS**AVISO Nº 005/2019-SGP****XXII PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio do Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício, **TORNA PÚBLICA a DECADÊNCIA** do direito de ser empossados dos candidatos abaixo relacionados, aprovados no XXII Processo de Seleção de Estagiários do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, homologado por meio do Aviso nº 001/2019-GED, de 15 de agosto de 2019, publicado no DOMP nº 2031, de 16 de agosto de 2019, uma vez que tais candidatos não apresentaram a documentação necessária ao credenciamento no prazo indicado no Aviso de Convocação nº 004/2019-SGP, publicado no DOMP nº 2.091, de 13 de novembro de 2019.

COMARCA	NÍVEL DE ENSINO	CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
Campo Grande	Ciências Contábeis - Nível Graduação	MILENA GLAUCE ANES VEIGA	1º
Dourados	Ensino Médio – Nível Médio	GUSTAVO BISPO DA SILVA SANTOS	3º
Dourados	Ensino Médio – Nível Médio	LUANA CRISTINI CASTRO	7º

Campo Grande, 26 de novembro de 2019.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

AVISO Nº 006/2019-SGP**XXII PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio do Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício, **TORNA PÚBLICA a DESISTÊNCIA** do direito de ser empossado dos candidatos abaixo relacionados, aprovados no XXII Processo de Seleção de Estagiários do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, homologado por meio do Aviso nº 001/2019-GED, de 15 de agosto de 2019, publicado no DOMP nº 2031, de 16 de agosto de 2019.

COMARCA	NÍVEL DE ENSINO	CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
Caarapó	Ensino Médio – Nível Médio	LIVIA CARVALHO FRENHAN	1º
Dourados	Ensino Médio – Nível Médio	PEDRO VINÍCIUS VIEIRA DE SOUZA	4º
Paranaíba	Ensino Médio – Nível Médio	VALERIA EDUARDA SOUZA SANTOS	3º
Rio Brilhante	Ensino Médio – Nível Médio	TAINÁ FERREIRA SARATE	1º

Campo Grande, 26 de novembro de 2019.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

AVISO Nº 007/2019-SGP**XXII PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, MPMS, por intermédio do seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício, **CONVOCA** os candidatos aprovados no XXII Processo de Seleção de Estagiários do MPMS, homologado por meio do Aviso nº 001/2019-GED, de 15 de agosto de 2019, publicado no DOMP nº 2031, de 16 de agosto de 2019, para entrega dos documentos necessários ao credenciamento.

Os candidatos convocados deverão comparecer, nos locais, nos dias e horários mencionados abaixo, munidos dos documentos relacionados no Capítulo X do Edital nº 001/2019-XXIIPSE-MPMS, de 12 de abril de 2019, publicado no DOMP nº 1949, de 15 de abril de 2019, e especificados ao final deste Aviso.

I – CONVOCAÇÃO**1. COMARCA DE ANGÉLICA**

Local: Sede das Promotorias de Justiça de Angélica, situada na Rua Stefan Dudas, 565, Imperial, Angélica - MS.

ENSINO MÉDIO

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	DATA	HORÁRIO
1º	OLIVIA BOGAZ BONIN	02.12.2019	14h

2. COMARCA DE APARECIDA DO TABOADO

Local: Sede das Promotorias de Justiça de Aparecida do Taboado, situada na Avenida dos Estudantes, 3120, Residencial Primavera, Aparecida do Taboado - MS.

ENSINO MÉDIO

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	DATA	HORÁRIO
1º	LEONARDO DE AZEVEDO RAMIM	02.12.2019	14h
2º	ALICE MANUELE DA SILVA COSTA	02.12.2019	14h

3. COMARCA DE BATAGUASSU

Local: Sede das Promotorias de Justiça de Bataguassu, situada na Avenida Dias Barroso, 350, Centro, Bataguassu - MS.

ENSINO MÉDIO

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	DATA	HORÁRIO
1º	ALISON JOSÉ ALVES FLORENTINO	02.12.2019	14h

4. COMARCA DE BELA VISTA

Local: Sede das Promotorias de Justiça de Bela Vista, situada na Rua Eduardo Peixoto, 1541, Centro, Bela Vista - MS.

ENSINO MÉDIO

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	DATA	HORÁRIO
1º	GUSTAVO MIRANDA BRITES	02.12.2019	14h

5. COMARCA DE CAARAPÓ

Local: Sede das Promotorias de Justiça de Caarapó, situada na Avenida D. Pedro II, 1730, Vila Planalto, Caarapó - MS.

ENSINO MÉDIO

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	DATA	HORÁRIO
3º	HANJU CEDENO LIMA	02.12.2019	14h

6. COMARCA DE CAMPO GRANDE

Local: Secretaria de Gestão de Pessoas, situada na Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, localizada na Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, 214, Jardim Veraneio, Campo Grande – MS.

ADMINISTRAÇÃO – NÍVEL PÓS-GRADUAÇÃO

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	DATA	HORÁRIO
5º	RAISA CRISTINA DE SOUZA	02.12.2019	14h

ÁREA AMBIENTAL – NÍVEL PÓS-GRADUAÇÃO

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	DATA	HORÁRIO
2º	NATHÁLIA SANCHES DOS SANTOS	02.12.2019	14h

ARQUITETURA E URBANISMO – NÍVEL PÓS-GRADUAÇÃO

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	DATA	HORÁRIO
2º	RENATA MAYUMI MORI	02.12.2019	14h

ADMINISTRAÇÃO – NÍVEL GRADUAÇÃO (TURNOS VESPERTINO)

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	DATA	HORÁRIO
3º	CAMILA AYANA NAGAMATSU	02.12.2019	14h

CIÊNCIAS CONTÁBEIS – NÍVEL GRADUAÇÃO (TURNOS VESPERTINO)

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	DATA	HORÁRIO
2º	EDUARDO NUNES PESSOA	02.12.2019	14h

7. COMARCA DE CASSILÂNDIA

Local: Sede das Promotorias de Justiça de Cassilândia, situada na Rua Sebastião Martins da Silva, 800, Alto Izanópolis, Cassilândia - MS.

ENSINO MÉDIO

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	DATA	HORÁRIO
1º	LARA LEONEL SOCABE	02.12.2019	14h
2º	JOÃO PEDRO VENDRAME DE MEDEIROS	02.12.2019	14h

8. COMARCA DE DEODÁPOLIS

Local: Sede das Promotorias de Justiça de Deodápolis, situada na Rua Francisco Alves da Silva, 103, Centro, Deodápolis - MS.

ENSINO MÉDIO

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	DATA	HORÁRIO
1º	BEATRIZ MENDES MOREIRA	02.12.2019	14h

9. COMARCA DE DOIS IRMÃOS DO BURITI

Local: Sede das Promotorias de Justiça de Dois Irmãos do Buriti, situada na Rua Reginaldo Lemes da Silva, 763, Centro, Dois Irmãos do Buriti - MS.

ENSINO MÉDIO

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	DATA	HORÁRIO
1º	JHULY ELLEN ALVES BELIZÁRIO DA SILVA	02.12.2019	14h

10. COMARCA DE DOURADOS

Local: Sede das Promotorias de Justiça de Dourados, situada na Rua João Corrêa Neto, 400, Santo Antônio, Dourados - MS.

ENSINO MÉDIO

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	DATA	HORÁRIO
12º	GABRIELLE APARECIDA AMARAL BARBOSA	02.12.2019	14h
13º	YASMIN SALDANHA VIEGAS MARTINS	02.12.2019	14h
14º	FELIPE RIBEIRO LOPES	02.12.2019	14h
15º	LUCAS HIROSHI KIMURA PAES	02.12.2019	14h
16º	GIOVANA DA ROSA FERRUCI	02.12.2019	14h

11. COMARCA DE ELDORADO

Local: Sede das Promotorias de Justiça de Eldorado, situada na Rua Assis Chateaubriand, 1555, Bairro das Palmeiras, Eldorado - MS.

ENSINO MÉDIO

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	DATA	HORÁRIO
1º	IGOR DE PAULA GALLI	02.12.2019	14h

12. COMARCA DE GLÓRIA DE DOURADOS

Local: Sede das Promotorias de Justiça de Glória de Dourados, situada na Rua Rogério Luiz Rodrigues, Centro, Glória de Dourados - MS.

ENSINO MÉDIO

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	DATA	HORÁRIO
1º	GUSTAVO NAVARRO CHAVES	02.12.2019	14h

13. COMARCA DE ITAPORÃ

Local: Sede das Promotorias de Justiça de Itaporã, situada na Avenida Stefano Gonelo, 62, Centro, Itaporã - MS.

ENSINO MÉDIO

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	DATA	HORÁRIO
1º	PEDRO AUGUSTO BENDER	02.12.2019	14h

14. COMARCA DE IVINHEMA

Local: Sede das Promotorias de Justiça de Ivinhema, situada na Praça dos Poderes, 900, Vitória, Ivinhema - MS.

ENSINO MÉDIO

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	DATA	HORÁRIO
1º	NÚBIA RAFAELA DOS SANTOS SILVA	02.12.2019	14h
2º	HENRIQUE SILVA PINTO	02.12.2019	14h

15. COMARCA DE JARDIM

Local: Sede das Promotorias de Justiça de Jardim, situada na Avenida Coronel Stuck, 85, Centro, Jardim - MS.

ENSINO MÉDIO

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	DATA	HORÁRIO
1º	EDUARDO ROEDER	02.12.2019	14h

16. COMARCA DE MARACAJU

Local: Sede das Promotorias de Justiça de Maracaju, situada na Rua Appa, 141, Centro, Maracaju - MS.

ENSINO MÉDIO

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	DATA	HORÁRIO
1º	PAOLA SANGUINA IBARROLA	02.12.2019	14h

17. COMARCA DE MIRANDA

Local: Sede das Promotorias de Justiça de Miranda, situada na Rua General Amaro Bittencourt, 935, Centro, Miranda - MS.

ENSINO MÉDIO

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	DATA	HORÁRIO
1º	FÁBIO JHONATAN JANUÁRIO ARAÚJO	02.12.2019	14h

18. COMARCA DE NIOAQUE

Local: Sede das Promotorias de Justiça de Nioaque, situada na Rua Coronel Juvêncio, 262, Centro, Nioaque - MS.

ENSINO MÉDIO

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	DATA	HORÁRIO
1º	CAIRAN DE OLIVEIRA MOURA	02.12.2019	14h

19. COMARCA DE NOVA ALVORADA DO SUL

Local: Sede das Promotorias de Justiça de Nova Alvorada do Sul, situada na Rua Marcelino Risen, 1040, Centro, Nova Alvorada do Sul - MS.

ENSINO MÉDIO

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	DATA	HORÁRIO
1º	NATHAN FELIPE DE SOUZA FRANCO	02.12.2019	14h

20. COMARCA DE NOVA ANDRADINA

Local: Sede das Promotorias de Justiça de Nova Andradina, situada na Rua São José, 564, Centro, Nova Andradina - MS.

ENSINO MÉDIO

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	DATA	HORÁRIO
1º	EDUARDO CÉSAR RODRIGUES DE SOUZA	02.12.2019	14h
2º	RYAN LARRÉA DOS SANTOS	02.12.2019	14h
3º	NEUZA NASCIMENTO BORGES	02.12.2019	14h
4º	JOÃO VITOR RIBEIRO LIMA	02.12.2019	14h

21. COMARCA DE PONTA PORÃ

Local: Sede das Promotorias de Justiça de Ponta Porã, situada na Rua Baltazar Saldanha, 1613, Da Saudade, Ponta Porã - MS.

ENSINO MÉDIO

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	DATA	HORÁRIO
1º	TIAGO KENDI HOTTA COLMAN	02.12.2019	14h
2º	VINÍCIUS MULLER SALOMÃO	02.12.2019	14h
3º	EMILY GIMENEZ VALENSUELA	02.12.2019	14h

22. COMARCA DE RIO BRILHANTE

Local: Sede das Promotorias de Justiça de Rio Brilhante, situada na Rua Rio Brilhante, 1154, Vila Maria, Rio Brilhante - MS.

ENSINO MÉDIO

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	DATA	HORÁRIO
2º	ESTEFANIC YOHANA ALVES TEMPASS	02.12.2019	14h
3º	PRISCILA MARIA DA SILVA	02.12.2019	14h

23. COMARCA DE SÃO GABRIEL DO OESTE

Local: Sede das Promotorias de Justiça de São Gabriel do Oeste, situada na Avenida Mato Grosso do Sul, 1745, Centro, São Gabriel do Oeste - MS.

ENSINO MÉDIO

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	DATA	HORÁRIO
4º	THAÍS CRISTINA SOUZA FERREIRA	02.12.2019	14h

24. COMARCA DE TEREÑOS

Local: Sede das Promotorias de Justiça de Terenos, situada na Rua Pedro Celestino, Centro, Terenos - MS.

ENSINO MÉDIO

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	DATA	HORÁRIO
1º	FILIPPE COELHO ARCE	02.12.2019	14h

25. COMARCA DE TRÊS LAGOAS

Local: Sede das Promotorias de Justiça de Três Lagoas, situada na Rua Elviro Mário Mancine, 860, Centro, Três Lagoas - MS.

ENSINO MÉDIO

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	DATA	HORÁRIO
9º	GABRIELLY JACINTO CAMILO DA SILVA	02.12.2019	14h
10º	PEDRO HENRIQUE LOPES DE OLIVEIRA	02.12.2019	14h
11º	NICOLAS TULIO PEREIRA BUENO	02.12.2019	14h

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO:

- 1) Fotocópia legível da cédula de identidade e do CPF;
- 2) 2 (duas) fotografias, 3x4 recentes e coloridas;
- 3) Comprovante de tipagem sanguínea;
- 4) Atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades do estágio, por meio de anamnese e exame físico;
- 5) Certidão de inexistência de antecedentes criminais das localidades onde o candidato houver residido nos últimos 5 (cinco) anos, emitida pelas Justiças Federal e Estadual, e pelas Polícias Federal e Estadual;
- 6) Ficha de Cadastro (disponível no Portal do MPMS – [link](#) Estagiários);
- 7) Comprovante de conta-corrente no Banco do Brasil S/A;
- 8) Declaração de que não exerce função em diretoria de partido político;
- 9) Declaração de ausência dos impedimentos previstos nos arts. 42 e 50 da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27.7.2010, e no art. 19 da Resolução CNMP nº 42, de 16.6.2009;
- 10) Declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida pela instituição de ensino, conveniada com o MPMS, constando obrigatoriamente as seguintes informações, conforme o caso (não serão aceitos documentos que não contenham todas as informações especificadas):
 - I - curso de pós-graduação (especialização, mestrado ou doutorado), desenvolvido em uma das áreas de conhecimento especificadas: datas de início e término do curso e carga horária total;
 - II - curso de graduação: ano letivo, turno, semestre, número de dependências de disciplinas (se houver) e a data prevista para conclusão do curso;
 - III - ensino médio: ano letivo, turno, semestre e data prevista para conclusão desse nível de ensino;
- 11) Diploma em curso de nível superior/graduação (documento específico para estagiários do nível de pós-graduação).

Cumpra-se observar que, diante de previsão expressa no Edital nº 001/2019-XXIIPSE-MPMS, no Capítulo “X – Da Convocação e Admissão”, item 4, antes da entrega dos documentos necessários ao credenciamento: “O candidato regularmente convocado deverá manifestar-se, por meio de mensagem eletrônica, ou apresentar-se no local informado no aviso de convocação, no prazo de 3 (três) dias úteis, para formalizar manifestação quanto ao interesse no exercício do estágio, desistência ou transposição para o final de lista, se for caso, sob pena de eliminação do Processo de Seleção”.

O e-mail para o qual a manifestação deverá ser enviada é estagiariosadm@mpms.mp.br.

Campo Grande, MS, 26 de novembro de 2019.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DO CONVÊNIO ENTRE MPMS E A UFMS

Processo nº PGJ/10/4219/2019

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;

2- **FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL**, representada por seu Reitor, **Marcelo Augusto Santos Turine**.

Amparo legal: Lei Federal nº 11.788/2008; Lei Complementar Estadual nº 72/1994; Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27 de julho de 2010; Resoluções do CNMP nº 42/2009; nº 52/2010; nº 62/2010; e Decreto Estadual nº 11.261/2003.

Objeto: Regular as condições de realização de estágios obrigatórios e não obrigatórios para alunos de Curso de Graduação e de Pós-Graduação (*lato sensu* ou *stricto sensu*) oferecidos pela Instituição de Ensino nas dependências do MPMS.

Vigência do Convênio: 06.11.2019 até 06.11.2021.

Data da assinatura: 6 de novembro de 2019.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO À CARTA-CONTRATO Nº 33/PGJ/2019

Processo: PGJ/10/0103/2019

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;

2- **CALIZA – COMÉRCIO DE GÁS LTDA**, representada por **Marcos Francisco de Oliveira**.

Procedimento licitatório: Licitação dispensada, com fulcro no artigo 24, inciso II, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Amparo legal: Artigo 65, inciso I, alínea “b” e §1º da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Objeto: **Acréscimo** da importância de R\$ 67,50 (sessenta e sete reais e cinquenta centavos) correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial contratado.

Valor estimado mensal: R\$ 337,50 (trezentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos).

Vigência: 8.11.2019 a 31.12.2019.

Data de assinatura: 8 de novembro de 2019.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 95/PGJ/2018

Processo nº PGJ/10/3740/2018

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;

2- **SOBRAL-CHAVES E CARIMBOS LTDA**, representada por **Cícero Prado Sobral**.

Procedimento licitatório: Pregão Presencial nº 45/PGJ/2018.

Amparo legal: Artigo 57, inciso II, Artigo 65, § 8º, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Objeto: **Prorrogação do prazo de vigência** do Contrato nº 95/PGJ/2018, referente à prestação de serviços de confecção de chaves, instalação e manutenção de fechaduras, entre outros, para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por mais 12 (doze) meses, e **reajuste do valor contratual** com aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com efeitos a partir de 28.11.2019.

Valor estimado anual: R\$ 23.061,41 (vinte e três mil, sessenta e um reais e quarenta e um centavos).

Vigência: 28.11.2019 a 28.11.2020.

Data de assinatura: 25 de novembro de 2019.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 64/PGJ/2019

Processo PGJ/10/3839/2019

Partes:

1- **Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;

2- **BANCO DO BRASIL S.A.**, representado por **Ricardo Santa Cruz Cesar**.

Procedimento licitatório: Dispensada.

Amparo legal: Artigo 24, inciso VIII, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

Objeto: Contratação de serviços bancários a serem prestados pelo Contratado para pagamento a favorecidos indicados pelo Contratante, compreendendo o pagamento de auxílios e indenizações pelo Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público (FEADMP/MS).

Valor estimado anual: R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais).

Vigência: 1º.01.2020 a 1º.01.2021.

Data da assinatura: 21 de novembro de 2019.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 65/PGJ/2019

Processo PGJ/10/3006/2019

Partes:

1- **Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;

2- **GENTE SEGURADORA S.A.**, representada por seu Diretor, **Marcelo Wais**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico 18/PGJ/2019.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993 (e suas alterações).

Objeto: Prestação de serviços de seguro para 135 (cento e trinta e cinco) veículos da frota do Contratante.

Valor total: R\$ 189.319,63 (cento e oitenta e nove mil, trezentos e dezenove reais e sessenta e três centavos), nos termos da Nota de Empenho nº 2019NE005274, 15.10.2019.

Vigência: 06.11.2019 a 05.11.2020.

Data da assinatura: 6 de novembro de 2019.

EXTRATO DO CONTRATO 73/PGJ/2019

Processo PGJ/10/4458/2019

Partes:

1- **Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;

2- **ALPHA TERCEIRIZAÇÃO EIRELI**, representado por **Cláudio Nunes da Silva**.

Licitação: Dispensada.

Amparo legal: Artigo 24, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/93.

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para o fornecimento de mão de obra, de natureza continuada, com trabalhadores que exerçam atividades de eletricista, oficial de manutenção, apontador, operador de empilhadeira e encarregado de obra, para a manutenção e conservação dos prédios do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul da Capital e do Interior do Estado.

Valor estimado mensal: R\$ 166.546,38 (cento e sessenta e seis mil, quinhentos e quarenta e seis reais e trinta e oito centavos).

Vigência: Pelo prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 21 de novembro de 2019.

Data da assinatura: 14 de novembro de 2019.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 79/PGJ/2019

Processo PGJ/10/2981/2019

Partes:

1- **Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;

2- **ART COMÉRCIO CONSTRUÇÕES E INFORMÁTICA LTDA**, representada por **Angelo Rodrigues de Oliveira Rosa**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico 22/PGJ/2019.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993 (e suas alterações).

Objeto: Execução de serviços de revestimento em parede, portas e instalação de forro, incluindo o fornecimento de todo o material necessário à execução dos serviços, para atender o Contratante.

Valor total: R\$ 21.425,00 (vinte e um mil, quatrocentos e vinte e cinco reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2019NE000253, 18.11.2019.

Vigência: 22.11.2019 a 19.05.2020.

Data da assinatura: 22 de novembro de 2019.

EXTRATO DO PRIMEIRO APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 93/PGJ/2018

Processo nº PGJ/10/2716/2018

Partes:

- 1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;
- 2- **COMERCIAL S.B.S. EIRELI**, representada por **Maria Aparecida Barbosa de Souza**.

Procedimento licitatório: Pregão Presencial nº 37/PGJ/2018.

Amparo legal: Artigo 65, §8º, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Objeto: Reajuste do valor contratual, conforme Convenção Coletiva de Trabalho 2019/2020, nos insumos que se referem à mão-de-obra, com efeitos a partir de 1º de março de 2019.

Valor mensal da contratação: R\$ 171.506,08 (cento e setenta e um mil, quinhentos e seis reais e oito centavos).

Data de assinatura: 20 de novembro de 2019.

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 60/PGJ/2018

Processo: PGJ/10/3271/2018

Partes:

- 1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;
- 2- **ÁBACO TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO LTDA**, representada por seu sócio Administrador/Diretor Técnico, **Lenil Kazuhiro Moribe**.

Licitação: Inexigida, com fulcro no artigo 25, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Amparo legal: Artigo 57, § 1º, inciso I, e artigo 65, inciso I, alínea “b”, §1º e §8º da Lei Federal nº 8.666/1993.

Objeto: **Acréscimo de valor, no importe de R\$ 68.190,12** (sessenta e oito mil, cento e noventa reais e doze centavos), ao valor inicial do Contrato, **prorrogação de vigência contratual por mais 12 (doze) meses e reajuste dos valores contratados**, com a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE.

Valor total do Contrato: R\$ 1.638.804,92 (um milhão, seiscentos e trinta e oito mil, oitocentos e quatro reais e noventa e dois centavos).

Vigência: 26.11.2019 a 26.11.2020.

Data de assinatura: 25 de novembro de 2019.

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 61/PGJ/2018

Processo: PGJ/10/3271/2018

Partes:

- 1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;
- 2- **ÁBACO TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO LTDA**, representada por seu sócio Administrador/Diretor Técnico, **Lenil Kazuhiro Moribe**.

Licitação: Inexigida, com fulcro no artigo 25, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93.

Amparo legal: Artigo 57, § 1º, inciso I, e artigo 65, §8º, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Objeto: **Prorrogação de vigência contratual** por mais 12 (doze) meses e o **reajuste dos valores contratados**, com a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE.

Valor total do Contrato: R\$ 922.925,39 (novecentos e vinte e dois mil, novecentos e vinte e cinco reais e trinta e nove centavos).

Vigência: 26.11.2019 a 26.11.2020.

Data de assinatura: 25 de novembro de 2019.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2019NE006103 DE 25.11.2019 DO PROCESSO PGJ/10/4645/2019

Credor: COM GRAF GRÁFICA E EDITORA LTDA.

Ordenador de despesa: **Hudson Shiguer Kinashi**, Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Ata de Registro de Preço nº 6/PGJ/2019 - Pregão Presencial nº 12/PGJ/2019**

Objeto: Prestação de serviços gráficos de impressão de apostilas, blocos de notas, cartilhas, pastas para evento, gibis e outros materiais gráficos personalizados, para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 2.050,00 (dois mil e cinquenta reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2019NE006103 de 25.11.2019.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2019NE000274 DE 25.11.2019 DO PROCESSO PGJ/10/4605/2019

Credor: 3TTECNOLOGIA – COMÉRCIO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE EQUIPAMENTOS EIRELI.

Ordenador de despesa: **Hudson Shiguer Kinashi**, Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Ata de Registro de Preços nº 16/PGJ/2019 - Pregão Eletrônico nº 7/PGJ/2019.**

Objeto: Aquisição de controlador de acesso, fechadura eletromagnética, *frame button* (botoeira) e Kit *Nobreak*, para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 6.762,00 (seis mil e setecentos e sessenta e dois reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2019NE000274 de 25.11.2019.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****DOURADOS****EDITAL Nº 0020/2019/16PJ/DOS**

A 16ª Promotoria de Justiça da Comarca de Dourados/MS torna pública a conversão do Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000795-6 em Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua João Corrêa Neto, n. 400, Jardim Santo Antônio ou através do endereço na internet <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2019.00000795-6

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Dourados e Comércio de Bebidas Gran Dourados Ltda

Assunto: Apurar notícia de eventual malversação de bem público localizado na Rua Joaquim Teixeira Alves, entre as Ruas Duque de Caxias e Humberto de Campos.

Dourados, 26 de novembro de 2019

RICARDO ROTUNNO

Promotor de Justiça

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

COXIM

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09.2018.00001626-2**RECOMENDAÇÃO Nº 0006/2019/02PJ/CXM**

Ementa: “Fomento à deliberação de Plano Municipal destinado à prevenção, enfrentamento e ao atendimento especializado de crianças e adolescentes vítimas de violência”

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por meio da Promotoria de Justiça adiante assinada, no uso de suas atribuições constitucionais, institucionais e legais, em especial com fundamento com fundamento nos artigos 127, caput e 129, incisos II e III da Constituição da República c/c artigo 27, inciso II e parágrafo único, inciso IV da Lei nº 8.625 c/c artigo 201, inciso VIII e §5º, c) da Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), vem expor o que se segue.,

1. CONSIDERANDO que é dever do Poder Público assegurar a crianças e adolescentes, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária, colocando-as a salvo de todas as formas de violência, negligência, crueldade e opressão (cf. art. 227, caput, da Constituição Federal e art. 5º, da Lei nº 8.069/90);

2. CONSIDERANDO que na forma do disposto no art. 4º, par. único, alíneas “b”, “c” e “d”, da Lei nº 8.069/90, a garantia de prioridade compreende, dentre outros fatores, a precedência de atendimento nos serviços públicos e de relevância pública, a preferência na formulação e na execução das políticas sociais pública e a destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à criança e ao adolescente, o que importa na previsão de verbas orçamentárias para fazer frente às ações e programas de atendimento voltados à população infantojuvenil (conforme inteligência dos arts. 87, inciso I; 88, inciso II; 90; 101; 112; 129 e 259, par. único, todos da Lei nº 8.069/90);

3. CONSIDERANDO a necessidade de elaboração e implementação de uma política pública intersetorial destinada à prevenção e ao atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência, em suas mais variadas formas, com ênfase nos casos de violência sexual, de modo a permitir a rápida e eficiente apuração das denúncias recebidas, com a subsequente responsabilização dos agentes e adequada proteção às vítimas, dando assim efetividade ao disposto no art. 227, caput e §4º, da Constituição Federal;

4. CONSIDERANDO que a criação e manutenção de programas específicos, em nível municipal, de modo a atender tais demandas é parte intrínseca da política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente na forma do disposto no art. 88, incisos I e III, da Lei nº 8.069/90, devendo abranger os programas e ações previstas nos arts. 90, 101, 112 e 129, todos do mesmo Diploma Legal;

5. CONSIDERANDO que a Lei nº 8.742/93 - LOAS, em seu artigo 23, parágrafo único, inciso I, determina que na organização dos serviços da Assistência Social serão criados programas de amparo às crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, em cumprimento ao disposto no art. 227 da Constituição Federal e na Lei nº 8.069/90;

6. CONSIDERANDO que a estruturação da atenção integral à saúde das pessoas em situação de violência sexual em rede é um passo importante para assegurar o cuidado, promoção e prevenção a esse público.

7. CONSIDERANDO que de acordo com a Constituição Federal, com a Lei nº 8.080 de 1990, Lei Orgânica da Saúde, e com as demais políticas em desenvolvimento, a saúde é um direito fundamental do ser humano. Cabe ao Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício, garantindo que o acesso às ações e aos serviços seja universal e igualitário;

8. CONSIDERANDO que compõe o atendimento integral à saúde de pessoas em situação de violência, o registro da notificação compulsória de suspeita ou evidência de violências interpessoais e autoprovocadas definidas pela legislação (violências contra crianças, adolescentes, mulheres e pessoas idosas) de acordo com a Portaria GM/MS nº 1.271 de 06/06/2014.

9. CONSIDERANDO que a violência sexual, em razão da própria situação e das chantagens e ameaças, que humilham e intimidam quem a sofreu, pode comumente vir acompanhada de sentimento de culpa, vergonha e medo, sendo necessário tempo, cuidado e respeito no atendimento e na escuta ofertada nos serviços de saúde e em toda a rede. Isso significa garantir atendimento e atenção humanizada e uma escuta qualificada a todos(as) aqueles(as) que acessarem esses serviços.

10. CONSIDERANDO que o Decreto nº 7.958/2013 assegura que durante o atendimento é preciso observar os princípios do “respeito da dignidade da pessoa, da não discriminação, do sigilo e da privacidade”, além de aspectos como:

- O devido acolhimento em serviços de referência;
- A disponibilização de espaço de escuta qualificada com privacidade, de modo a proporcionar ambiente de confiança e respeito;
- A informação prévia das pessoas em situação de violência sexual, assegurada a compreensão sobre o que será realizado em cada etapa do atendimento e a importância das condutas profissionais, respeitada sua decisão sobre a realização de qualquer procedimento;
- Divulgação de informações sobre a existência de serviços de referência para atendimento à violência sexual.

11. CONSIDERANDO que o Decreto nº 7.958/2013 assegura que o atendimento às vítimas de violência sexual pelos profissionais da rede SUS compreenderá, dentre outras, o preenchimento da ficha de Notificação Compulsória de violência doméstica, sexual e outras formas de violências;

12. CONSIDERANDO que a Portaria nº 204/2016, do Ministério da Saúde, em seu artigo 3º determina que a notificação compulsória é obrigatória para os médicos, outros profissionais de saúde ou responsáveis pelos serviços públicos e privados de saúde, que prestam assistência ao paciente, em conformidade com o art. 8º da Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975.

13. CONSIDERANDO que a Portaria nº 204/2016, do Ministério da Saúde, em seu artigo 3º, § 1º, determina que a notificação compulsória será realizada diante da suspeita ou confirmação de doença ou agravo, de acordo com o estabelecido no anexo (violência sexual ocupa o 48º lugar na lista), observando-se, também, as normas técnicas estabelecidas pela SVS/MS.

14. CONSIDERANDO que a Portaria nº 204/2016, do Ministério da Saúde, em seu artigo 4º e parágrafo único determina que a notificação compulsória imediata deve ser realizada pelo profissional de saúde ou responsável pelo serviço assistencial que prestar o primeiro atendimento ao paciente, em até 24 (vinte e quatro) horas desse atendimento, pelo meio mais rápido disponível e que a autoridade de saúde que receber a notificação compulsória imediata deverá informá-la, em até 24 (vinte e quatro) horas desse recebimento, às demais esferas de gestão do SUS, o conhecimento de qualquer uma das doenças ou agravos constantes no anexo (violência sexual ocupa a 48ª posição da lista em anexo).

15. CONSIDERANDO que a Portaria nº 204/2016, do Ministério da Saúde, em seu artigo 5º, determina que a notificação compulsória semanal será feita à Secretaria de Saúde do Município do local de atendimento do paciente com suspeita ou confirmação de doença ou agravo de notificação compulsória.

16. CONSIDERANDO que a Portaria nº 204/2016, do Ministério da Saúde, em seu artigo 6º, determina que a notificação compulsória, independente da forma como realizada, também será registrada em sistema de informação em saúde e seguirá o fluxo de compartilhamento entre as esferas de gestão do SUS estabelecido pela SVS/MS.

17. CONSIDERANDO que frente a todas as indicações necessárias à garantia de atenção humanizada e integral às pessoas em situação de violência sexual, cabe ressaltar que compete aos gestores(as) de saúde nos Municípios, Estados e Distrito Federal implantar, implementar e garantir sustentabilidade às ações e o maior número possível de serviços de referência.

18. CONSIDERANDO que o acolhimento e a escuta especializada são elementos importantes para uma atenção humanizada às pessoas em situação de violência sexual.

19. CONSIDERANDO que acolhimento engloba o tratamento digno e respeitoso, a escuta, o reconhecimento e a aceitação das diferenças, o respeito ao direito de decidir de mulheres e homens, assim como o acesso e a resolutividade da assistência. A capacidade de escuta, sem pré-julgamentos e imposição de valores, a aptidão para lidar com conflitos, a

valorização das queixas e a identificação das necessidades são pontos básicos do acolhimento que poderão incentivar as vítimas a falarem de seus sentimentos e necessidades.

20. CONSIDERANDO que o Decreto nº 9.603/2018, que regulamentou a Lei nº 13.431/2017 dispôs em seu art. 9º acerca da criação de um comitê de gestão colegiada da rede de cuidado e de proteção social das crianças e dos adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, com a finalidade de articular, mobilizar, planejar, acompanhar e avaliar as ações da rede intersetorial, além de colaborar para a definição dos fluxos de atendimento e o aprimoramento da integração do referido comitê, fixando o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, para sua efetiva criação.

21. CONSIDERANDO finalmente a necessidade de o município adequar seus órgãos, programas, estruturas e orçamento às disposições da legislação federal relativa à política de atendimento dos direitos da infância e juventude, nos moldes do previsto nos arts. 88, inciso I, e 259, par. único, ambos da Lei nº 8.069/90.

22. CONSIDERANDO que ao Ministério Público foi dada legitimação ativa para a defesa judicial e extrajudicial dos interesses e direitos atinentes à infância e juventude, conforme arts. 127 e 129, inciso II, alínea “m”, da Constituição Federal e arts. 201, incisos V e VIII e 210, inciso I da Lei nº 8.069/90;

RESOLVE RECOMENDAR:

● Ao Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Coxim e ao Sr. Prefeito Municipal Aluizio Cometki São José, a adoção das seguintes providências:

i. Instituir, no prazo de 30 (trinta) dias, o Comitê de Gestão Colegiada da rede de cuidado e de proteção social das crianças e dos adolescentes vítimas ou testemunhas de violência;

i. Elaborar, em parceria com o Comitê de Gestão Colegiada, e aprovar, no prazo de 90 (noventa) dias, com a devida publicação nos órgãos oficiais competentes, o Plano Municipal destinado à prevenção, ao enfrentamento e ao atendimento especializado de crianças e adolescentes vítimas de violência, em suas mais variadas formas, com ênfase para os casos de abuso e exploração sexual, compreendendo ações integradas desenvolvidas pelos mais diversos setores da administração, com a mais absoluta prioridade, em respeito ao disposto no art.4º, caput e par. único, da Lei nº 8.069/90 e art.227, caput, da Constituição Federal;

i. Dentre outras ações e programas o referido Plano Municipal deverá contemplar:

a - A elaboração e implementação, nas escolas e unidades de saúde, públicas e privadas, em funcionamento no município, de uma “Ficha de Notificação Obrigatória” dos casos em que há mera suspeita da prática de violência contra crianças e adolescentes, a ser preenchida e encaminhada às autoridades competentes pelos profissionais de educação e saúde, nos moldes do previsto nos arts. 13 e 56, inciso I, da Lei nº 8.069/90;

b - A adequação dos serviços de saúde, educação e assistência social, no sentido de proporcionar atendimento prioritário aos casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos, abuso ou exploração sexual de crianças e adolescentes, em atendimento ao disposto no art. 4º, caput e par. único, alínea “b” c/c art. 259, par. único, da Lei nº 8.069/90;

c - A criação de protocolos, fluxos e ou sistemas de atenção e ou atendimento, com enfoque intersetorial, de modo a prevenir a revitimização institucional das crianças e adolescentes;

d - A oferta de formação continuada aos dirigentes, equipes técnicas e funcionários das entidades de acolhimento de crianças e adolescentes da rede própria ou conveniada, na perspectiva de identificação de casos suspeitos de violência e atendimento das vítimas inseridas no programa respectivo;

e - A oferta de formação continuada aos trabalhadores da Saúde, Assistência Social e Educação, no âmbito das notificações e atendimento de situações de violência;

f - A coleta e a sistematização de dados relativos à violência contra crianças e adolescentes, com o monitoramento permanente dos programas e ações desenvolvidas e a reavaliação periódica de sua efetividade;

g - A implementação de serviços de atendimento integrado a crianças e adolescentes vítimas de violência no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), que oferte atendimento à população infantojuvenil vítima de violência sexual, incluindo a realização de profilaxia para Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs), atendimento de emergência em casos de estupro, atendimento clínico, dentre outros, integrando também o referido serviço um posto avançado da delegacia de polícia civil e a realização de exame pericial;

h - A oferta de programas e serviços destinados ao atendimento dos pais/responsáveis pelas crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas, inclusive aqueles correspondentes às medidas relacionadas nos arts. 18-B e 129, incisos I a IV, da Lei nº 8.069/90.

4 - Providenciar o remanejamento dos recursos orçamentários que se fizerem necessários junto ao orçamento municipal para o custeio das ações e programas que demandem execução imediata, observadas as disposições da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);

5 - Encaminhar a esta Promotoria de Justiça, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a deliberação pelo CMDCA, cópia do Plano Municipal de Prevenção e Combate à Violência contra a Criança e o Adolescente, um cronograma de implementação das ações, programas e serviços nele previstos, sem prejuízo da implementação, desde logo, das ações que demandem mera adequação dos programas e serviços já existentes, bem como remanejamento de pessoal e outras iniciativas relacionadas à articulação e integração operacional de órgãos governamentais, com ênfase para:

a - A instituição, em caráter formal, por meio de Resolução do CMDCA ou Decreto do Sr. Prefeito Municipal, da “rede de proteção” à criança e ao adolescente vítima ou testemunha de violência, composta pelos diversos órgãos públicos corresponsáveis pelo atendimento desta demanda, com a elaboração de regimento interno, definição de calendário de reuniões e fornecimento de todo suporte administrativo necessário para seu funcionamento;

b - A designação dos servidores (titular e suplente) que irão representar cada órgão integrante da “rede de proteção” nas suas reuniões e outras atividades a seu cargo;

c - A criação, no âmbito da “rede de proteção”, de mecanismos de informação, referência, contrarreferência e monitoramento (nos moldes do previsto no art. 14, §1º, inciso III, da Lei nº 13.431/2017), com o registro das atividades desenvolvidas, inclusive para os fins preconizados pelo inciso VIII do mesmo dispositivo;

d - A criação, no âmbito da “rede de proteção”, do “Serviço de Recebimento e Monitoramento de Denúncias” a que alude o art. 13, caput, da Lei nº 13.431/2017, com a definição de suas atribuições específicas;

e - A articulação de ações/integração operacional entre a “rede de proteção” e os Sistemas de Justiça e de Segurança Pública, de modo a obter, sempre que necessário, o diálogo e a cooperação mútua na busca da melhor forma de atendimento às crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência e suas respectivas famílias.

A adoção das providências indicadas deverá ser comunicada e comprovada a este órgão ministerial, nos prazos acima assinalados, a contar do seu recebimento.

Requisite-se aos destinatários da presente Recomendação que no prazo de 15 (quinze) dias manifestem-se, fundamentadamente, a respeito do acatamento ou não da mesma.

Cumpra-se.

Coxim-MS, 20 de novembro de 2019.

DANIELLA COSTA DA SILVA
Promotora de Justiça

COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

ÁGUA CLARA

EDITAL N. 0010/2019/PJ/ACL

A Promotoria de Justiça da Comarca de Água Clara/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo relacionado, que se encontra à disposição na Rua Francisco Vieira, 200, Centro, nesta cidade.

Inquérito Civil nº 06.2019.00001716-5

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Matheus Sagrado Bogaz

Assunto: Apurar suposto dano ambiental decorrente de destruição ou danificação de floresta considerada de Preservação Permanente, na propriedade rural denominada Fazenda Nossa Senhora Aparecida.

Água Clara/MS, 21 de novembro de 2019.

FELIPE ALMEIDA MARQUES
Promotor de Justiça

EDITAL N. 0011/2019/PJ/ACL

A Promotoria de Justiça da Comarca de Água Clara/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo relacionado, que se encontra à disposição na Rua Francisco Vieira, 200, Centro, nesta cidade.

Inquérito Civil nº 06.2019.00001715-4

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: André Cervantes Toribio

Assunto: Apurar suposto dano ambiental decorrente de destruição ou danificação de floresta considerada de Preservação Permanente, na propriedade rural denominada Fazenda Paraíso.

Água Clara/MS, 21 de novembro de 2019.

FELIPE ALMEIDA MARQUES

Promotor de Justiça

EDITAL N. 0012/2019/PJ/ACL

A Promotoria de Justiça da Comarca de Água Clara/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo relacionado, que se encontra à disposição na Rua Francisco Vieira, 200, Centro, nesta cidade.

Inquérito Civil nº 06.2019.00001714-3

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Iaguara Agropecuária S/A

Assunto: Apurar suposto dano ambiental decorrente de destruição ou danificação de floresta considerada de Preservação Permanente, na propriedade rural denominada Fazenda Serena.

Água Clara/MS, 21 de novembro de 2019.

FELIPE ALMEIDA MARQUES

Promotor de Justiça

EDITAL N. 0013/2019/PJ/ACL

A Promotoria de Justiça da Comarca de Água Clara/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo relacionado, que se encontra à disposição na Rua Francisco Vieira, 200, Centro, nesta cidade.

Inquérito Civil nº 06.2019.00001665-5

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Renato Rivera Júnior

Assunto: Apurar suposto dano ambiental decorrente de destruição de floresta considerada de Preservação Permanente, na propriedade rural denominada Fazenda Cabeceira do Ribeirão.

Água Clara/MS, 21 de novembro de 2019.

FELIPE ALMEIDA MARQUES

Promotor de Justiça

SONORA

EDITAL N° 0011/2019/01PJ/SNR

A Promotoria de Justiça da Comarca de Sonora torna pública a instauração do Inquérito Civil n.º 06.2019.00001653-3, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Três de Junho, n.º 90 -Centro, em Sonora-MS, ou através do endereço na Internet: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil n.º 06.2019.00001653-3

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: José Maria Ribeiro

Assunto: Apurar a violação de dano ambiental causado pelo descumprimento da legislação de agrotóxicos em razão da aplicação de produto domissanitário em lavoura de cultivo familiar em Sonora/MS, conforme auto n.º 99569 da IAGRO.

Sonora-MS, 25 de novembro de 2019.

ADRIANO BARROZO DA SILVA

Promotor de Justiça

EDITAL N.º 0012/2019/01PJ/SNR

A Promotoria de Justiça da Comarca de Sonora torna pública a instauração do Inquérito Civil n.º 06.2019.00001470-2, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Três de Junho, n.º 90 -Centro, em Sonora-MS, ou através do endereço na Internet: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil n.º 06.2019.00001470-2;

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul;

Requerido: Pantanal Agrícola LTDA;

Assunto: Apurar a valoração de dano ambiental causado pelo descumprimento da legislação de agrotóxicos em razão da aplicação de produto domissanitário em lavoura de soja/milho em Sonora/MS, conforme Auto de Infração n.º 105350 do IAGRO.

Sonora-MS, 25 de novembro de 2019.

ADRIANO BARROZO DA SILVA

Promotor de Justiça

EDITAL N° 0014/2019/01PJ/SNR

A Promotoria de Justiça da Comarca de Sonora torna pública a instauração do Inquérito Civil n.º 06.2019.00001652-2, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Três de Junho, n.º 90 -Centro, em Sonora-MS, ou através do endereço na Internet: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil n.º 06.2019.00001652-2

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Agropantanal Agrícola LTDA.

Assunto: apurar a valoração de dano ambiental causado pelo descumprimento da legislação de agrotóxicos em razão da venda de produto domissanitário, não permitido pela legislação, para produtor rural em Sonora/MS, conforme auto n.º 99565 IAGRO.

Sonora-MS, 25 de novembro de 2019.

ADRIANO BARROZO DA SILVA

Promotor de Justiça

EDITAL N° 0015/2019/01PJ/SNR

A Promotoria de Justiça da Comarca de Sonora torna pública a instauração do Inquérito Civil n.º 06.2019.00001651-1, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Três de Junho, n.º 90 -Centro, em Sonora-MS, ou através do endereço na Internet: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil n.º 06.2019.00001651-1

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Osvaldir José Forastieri, Fazenda Santo Antônio II

Assunto: apurar a valoração de dano ambiental causado pelo descumprimento da legislação de agrotóxicos em razão da utilização de produto agrotóxico domissanitário sem a receita agronômica, em Sonora/MS, conforme auto n° 99556 IAGRO.

Sonora-MS, 25 de novembro de 2019.

ADRIANO BARROZO DA SILVA

Promotor de Justiça

EDITAL N° 0017/2019/01PJ/SNR

A Promotoria de Justiça da Comarca de Sonora torna pública a instauração do Inquérito Civil n.º 06201900001620-0, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Três de Junho, n.º 90 -Centro, em Sonora-MS, ou através do endereço na Internet: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil n.º 06.2019.201900001620-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Osvaldir José Forastieri, Fazenda Santo Antônio II.

Assunto: apurar a valoração de dano ambiental causado pelo descumprimento da legislação de agrotóxicos em razão da utilização de produto domissanitário sem a receita agronômica, em lavoura de cultivo de soja em Sonora/MS, conforme auto n° 105347 IAGRO.

Sonora-MS, 25 de novembro de 2019.

ADRIANO BARROZO DA SILVA

Promotor de Justiça